

Programa de Desenvolvimento Urbano  
Integrado e Sustentável do município de  
João Pessoa-  
(BR-L 1421)

PLANO EXECUTIVO DE  
REASSENTAMENTO E  
RELOCALIZAÇÃO

## PERR COLINAS DE GRAMAME

Versão Final Maio 2017



## Apresentação<sup>1</sup>

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), está preparando uma operação de crédito para o Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa (BR-L1421). Trata-se de um Programa multisetorial de múltiplas obras, cujo objetivo geral é promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, social, econômica e de gestão municipal. Os objetivos específicos são diminuir áreas de urbanização precária, reduzir o déficit habitacional e modernizar os instrumentos de planejamento e gestão municipal, entre outros.

O Programa apoiará ações de urbanização em oito comunidades do Complexo Beira Rio. Entre essas ações, está a substituição de moradias de risco por moradias dignas para famílias de baixa renda residentes em edificações precárias. Adicionalmente, o Programa apoiará reinstalação e desenvolvimento dos casos de atividades econômicas instaladas em edificações na mesma situação, e processo irá requerer deslocamento da população dos imóveis em risco, para os novos imóveis que serão construídos por meio do Programa.

O Banco determina, através da OP710 e de suas boas práticas, que toda operação de crédito para programas envolvendo deslocamento de população deve contar com um plano para tratamento do tema. O mesmo é aplicável para projetos oferecidos em contrapartida.

Como contrapartida à operação de crédito foram oferecidos, entre outros empreendimentos, quatro conjuntos habitacionais: CH Colinas de Gramame; CH Colinas de Gramame; CH Colinas de Gramame e CH Colinas de Gramame, para os quais o Programa providenciou a preparação de Planos Executivos de Reassentamento e Relocalização (PERRs).

A finalidade básica de elaboração de um PERR é examinar ocorrência de discrepâncias do processo de preparação e implantação do empreendimento habitacional Colinas de Gramame vis-à-vis a Política de Reassentamento Involuntário do Banco, em particular a OP 710. Caso sejam identificados descompassos, a intenção é indicar ajustes que poderão ser aplicados para aperfeiçoamento do processo.

Em atendimento aos requerimentos do Banco com relação ao tema, é apresentado, neste documento, o Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização e apoio à reinstalação de atividades econômicas, do Conjunto Habitacional Colinas de Gramame, batizado com a sigla PERR – Colinas de Gramame.

O presente documento está organizado em seis capítulos. O primeiro capítulo é destinado ao registro das políticas definidas pelo Banco através da OP 710 para condução de processos de reassentamento involuntário. O segundo capítulo focaliza o Programa Minha Casa Minha Vida, através do qual está sendo construído o Conjunto Habitacional Colinas de Gramame. Na sequência o terceiro capítulo apresenta o empreendimento e as características da população beneficiária examina ações desenvolvidas ao longo do ciclo de preparação, mudança e pós mudança da população para o residencial Colinas de Gramame. Ainda que partes do referido ciclo, os temas Envolvimento das Partes Interessadas e Consultas, bem como o Sistema de Queixas e Reclamações foram abordados em específico nos capítulos 4 e 5. Finalmente, tendo por referência o conhecimento registrado nos capítulos anteriores, o ultimo capítulo, de número 6, são retomadas cada uma das diretrizes apontadas no capítulo 1, verificando observância das mesmas no processo de reassentamento involuntário do CH Colinas de Gramame, bem como indicando ações de ajustes consideradas pertinentes.

---

<sup>1</sup> Supervisão Geral: Márcia Casseb – HUD/CBR (BID)

Especialista em Salvaguardas Sociais: Pilar Larreamendy VPS/ESG (BID)

Coordenação e Elaboração: Socióloga Marília Scombatti

Apoio Local: Arquiteto/Urbanista Caio Silva e Silva ; Assistente Social Joelma Medeiros.

Capítulo 1	Políticas do BID para reassentamento involuntário .....	6
Capítulo 2	O Programa Minha Casa Minha Vida .....	8
2.1	Indicação e Seleção de Beneficiários .....	9
2.2	Critérios de Priorização de Candidatos .....	9
2.3	Hierarquização e Seleção dos Candidatos .....	10
2.4	O Trabalho Técnico Social (TTS) no Programa Minha Casa Minha Vida .....	11
2.5	Naturezas de reassentamento gerados pelo Programa Minha Casa Minha Vida .....	14
2.6	Marco Legal .....	15
Capítulo 3	O Conjunto Habitacional Colinas de Gramame .....	23
2.1	Localização e entorno .....	23
2.2	Descrição do empreendimento .....	26
2.3	Formação da Demanda .....	30
2.4	Perfil Sócio Econômico dos beneficiários. ....	31
2.4.1	Ocupação Ricardo Brindeiro .....	
2.5	Trabalho Técnico Social (TTS) no Residencial Colinas de Gramame .....	35
Capítulo 4	Sistema de Queixas e Reclamações .....	38
Capítulo 5	Envolvimento das partes interessadas e Consultas .....	39
5.1	Plano de Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas .....	40
5.2	Registros Consulta PERR Colinas de Gramame .....	44
5.2.1	Ata .....	
5.2.2	Registro Fotográfico .....	
5.2.3	Lista de Presença dos participantes da Consulta Colinas de Gramame .....	
Capítulo 6	Conclusões .....	63
6.1	Observância da OP 710 .....	63
6.2	Ajustes Recomendados .....	66

## Siglas e Abreviações

---

ACS – Agente Comunitário de Saúde

Beneficiário – refere-se ao candidato inscrito no cadastro habitacional do Distrito Federal, estado, município ou Entidade Organizadora, selecionado, habilitado pela Caixa e que firma o contrato com a Instituição Financeira ou Agente Financeiro.

Cadin – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.

CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários.

CADÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

CH Conjunto Habitacional

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, criado pela Lei nº 10.188/2011.

FDS – Fundo de Desenvolvimento Social, criado pela Lei nº 8.677/1993

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço,

PMCMV– Programa Minha Casa Minha Vida

PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana.

PTS – Projeto de Trabalho Técnico Social para as fases anterior e posterior à relocalização

PTS – Projeto de Trabalho Social prévio à relocalização de famílias

PTSDS- Projeto Trabalho Técnico Social visando inserção das famílias em serviços do entorno

Rais – Relação Anual de Informações Sociais.

SEMHAB Secretaria Municipal de Habitação

SNH – Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

UH – Unidade (s) habitacional.

## Índice de Fotos, Tabelas, Quadros, Mapas e Fotos

---

Tabela 1 Estado Civil dos Chefes de Família .....	33
Tabela 2 Gênero dos Chefes de Família .....	33
Tabela 3 Quantidade de Pessoas por caso.....	33
Tabela 4 Escolaridade dos Chefes de Família .....	33
Tabela 5 Renda Familiar.....	34
Quadro 1 - Instrumentos de Planejamento – MCMV .....	12
Quadro 2 Legislação do programa Minha Casa Minha Vida.....	16
Quadro 4 Normas Locais.....	22
Quadro 6 Preparação da Consulta do PERR Colinas de Gramame. ....	44
Mapa 1 Localização do Colinas de Gramame na cidade de João Pessoa. ....	23
Foto 1 Vista Geral Condomínio 6 .....	28
Foto 2 Vista Geral Condomínio 7 .....	28
Foto 3 Entrada de um Bloco no Condomínio 6 .....	28
Foto 4 Apartamento padrão em acabamento.....	29
Foto 5 Escada de Entrada apartamento padrão .....	29
Foto 6 apartamento padrão em acabamento .....	29
Foto 7 Reunião com Ministério Público/SEMHAB na ocupação Ricardo Brindeiro.....	31
Foto 8 Reunião com Ministério Público/SEMHAB na ocupação Ricardo Brindeiro .....	31
Foto 9 Visita Da SEMNHAB para cadastramento.....	32
Foto 10 Fabrica/Galpão abandonada onde vive população Ricardo Brindeiro.....	32
Foto 11 Fabrica abandonada, invadida , onde vive população Ricardo Brindeiro .....	32
Foto 12 Reunião informativa para cadastramento população Ricardo Brindeiro .....	32
Foto 13 Visitas Domiciliares para cadastramento .....	36
Foto 14 Visitas Domiciliares para cadastramento .....	36
Foto 15 Plantão de atendimento na SEMNHAB .....	36
Foto 16 Plantão de atendimento na SEMNHAB .....	36
Foto 17 Reuniões com Ministério Público realizadas em Ricardo Brindeiro .....	36
Foto 18 Consulta Vista Alegre.....	52
Foto 19 Consulta Vista Alegre.....	53
Foto 20 Consulta Vista Alegre.....	53

Foto 21 Consulta Vista Alegre.....	54
Foto 22 Consulta Vista Alegre.....	54
Foto 23 Consulta Vista Alegre.....	55
Foto 24 Consulta Vista Alegre.....	55

## Capítulo1      Políticas do BID para reassentamento involuntário

---

O processo de preparação e implantação do empreendimento habitacional Colinas de Gramame foi examinado à luz das diretrizes estabelecidas pelo OP 710 que estabelece as normas que devem ser observadas em projetos financiados pelo Banco provocando reassentamento involuntário de população, indicadas a seguir.

- a) Evitar ou minimizar os deslocamentos. A política do Banco parte do princípio que o deslocamento involuntário é um impacto de grande magnitude e de difícil mitigação em função dos aspectos multidimensionais que afeta o cotidiano das famílias afetadas e dos altos custos envolvidos. Nesse sentido, todo projeto financiado pelo BID deve reduzir ao máximo a necessidade de deslocamento populacional, devendo os estudos básicos priorizar a permanência das pessoas. Consistente com essa diretriz, o empreendimento habitacional Colinas de Gramame limita-se a acolher, por reassentamento involuntário, apenas aquelas famílias priorizadas pela Defesa Civil e Ministério Público por estarem expostas a riscos eminentes de inundações e/ou desabamentos. As demais famílias realocadas para o empreendimento consubstanciam reassentamento voluntário, uma vez que as pessoas se dirigem, voluntariamente, à SEMNHAB solicitando inclusão no MCMV. Por outro lado, não ocorreu no caso do CH Colinas de Gramame reassentamento involuntário de pessoas ocupando terreno destinado à construção do empreendimento, que estava sem ocupantes.
- b) Assegurar a participação das comunidades. Considera-se que quando os interesses e expectativas das comunidades são incorporadas nas concepções do projeto, sua execução e sustentabilidade são facilitadas. As comunidades devem contar com mecanismo para serem ouvidas (consultadas) e entendidas como parte integrante do processo de intervenção.
- c) Considerar o reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento sustentável. A intenção é a de aproveitar os efeitos da reinserção social gerando o acesso à condições adequadas de moradia e aos serviços essenciais, para promover uma situação que possibilite o desenvolvimento das comunidades envolvidas.
- d) Crítérios para a compensação. Toda compensação originária de um processo de deslocamento e reassentamento de populações deve contar com critérios técnicos de compensação, e possibilitar uma solução principalmente para os segmentos mais vulneráveis.
- e) Compensar segundo os custos de reposição. O MCMV prioriza o atendimento habitacional à famílias classificadas como população de baixa renda que não possuem casa própria e desejam aceder à propriedade através do Programa.
- f) Criar oportunidades econômicas para a população deslocada. Todo processo positivo de transformação nas condições de moradia traz embutido custos adicionais relativos a taxas, serviços etc., nesse sentido é importante que um processo de intervenção possa gerar oportunidades para melhorar as condições de ocupação e renda. Os programas de apoio social e desenvolvimento comunitário realizados no pós-ocupação, são orientados à criar oportunidades para melhorar a ocupação e a geração de rendas das famílias reassentadas.
- i) Proporcionar um nível aceitável de habitação e serviços. Todo programa de reassentamento deve contemplar além de habitações adequadas, acesso aos serviços básicos e aos equipamentos de educação,

saúde e apoio social. Essa diretriz é cumprida com a transferência de população para áreas providas de infraestrutura e serviços básicos, e equipamentos de educação, saúde e apoio social.

- j) Ter em conta questões de segurança. As questões de segurança não envolvem exclusivamente as vinculadas com a violência urbana, aqui se consideram critérios mais amplos envolvendo violência doméstica, segurança alimentar, exclusão social etc.
- k) Ter em conta a população receptora. O reassentamento de pessoas de uma comunidade na área de influência de outras quando não trabalhado adequadamente pode gerar conflitos e dificultar o processo de adaptação ao novo habitat.
- l) Obter informações precisas. Para formular um plano de intervenção social é fundamental contar com uma linha de base socioeconômica confiável e suficientemente ampla para estabelecer as necessidades e requerimentos das comunidades a serem deslocadas. Toda população a ser trabalhada dentro do Programa será objeto de uma pesquisa socioeconômica, realizada conjuntamente com o cadastro censitário. Os dados obtidos são o insumo básico para definir o perfil da população e a linha de base socioeconômica que será o ponto de partida para as ações de monitoramento e avaliação do Programa, e para identificar os diferentes subgrupos sociais (mulheres, crianças, adultos maiores etc.) e situações de vulnerabilidade que deverão ser atendidas de forma diferenciada no marco institucional do Programa.
- m) Incluir os custos do reassentamento no custo geral do Programa. Essa diretriz diz respeito a considerar o reassentamento como uma parte integrante do programa de maneira a dispor dos recursos em forma e tempo para atender aos requerimentos específicos de liberação das áreas previstas.
- n) Marco institucional adequado. Para ser efetivo e promover as compensações adequadas, o reassentamento deve contar com respaldo jurídico e institucional consistentes.
- o) Procedimentos independentes de supervisão e arbitragem. É recomendável que um processo de intervenção social de grande porte conte com um mecanismo de monitoramento e avaliações de desempenho independentes que possam fornecer subsídios de revisão e ajustes das ações em curso. Também um mecanismo adequado e independente que possa dirimir controvérsias e possíveis conflitos é um importante instrumento de gestão de programas sociais. O PDRR estabelece mecanismos de monitoramento e avaliação, além de uma estrutura de atenção a queixas e reclamações que também realizará a gestão de controvérsias entre os diferentes atores envolvidos no processo de intervenção.

Estima-se que atualmente o déficit habitacional no país alcança seis milhões de unidades habitacionais. Considerando atendimento de quatro pessoas por unidade habitacional, o déficit de moradias atinge vinte e quatro milhões de brasileiros. Deste total, cerca de 70% é composto pela demanda por moradia de famílias com renda até três salários mínimos, ou seja, para atendimento habitacional de população de baixa renda é requerida produção de cerca de vinte e quatro milhões de moradias.<sup>2</sup>

A população de menor ou nenhuma renda (sobrevivendo graças à política de incentivos sociais como bolsa família) desprovida de recursos para aquisição de moradia digna, é impelida a morar em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, afastadas dos centros urbanos e carentes de infraestrutura, que trazem o valor da terra compatível com a sua capacidade de pagamento.

Mesmo o direito à habitação sendo garantido pela Constituição do país, o governo brasileiro não consegue produzir e fornecer a quantidade de moradias necessárias para liquidar o déficit.

Sem condições de prover moradia digna para demanda de grande magnitude e sem o interesse de construtores privados em atender essa parcela da população, o Governo Federal lançou, no início de 2009, a Fase I do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) com o objetivo de facilitar a aquisição de imóveis para a população de baixa renda e também para incentivar a produção de novas unidades habitacionais no país. A segunda fase do programa Minha Casa Minha Vida é iniciada em 2011, como parte do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC2). Com a meta de entregar mais 2 milhões de novas unidades habitacionais. A Fase 3 do MCMV foi iniciada em 2016 com previsão de entregar mais 4,6 milhões de novas unidades habitacionais até o fim desta etapa, em 2018.

A terceira fase do MCMV, iniciada em 2016 pretende atender de quatro faixas de renda familiar

- Faixa 1: para famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil (não houve alteração);
- Faixa 1,5: limite de renda mensal passa de R\$ 2.350 para R\$ 2,6 mil;
- Faixa 2: limite de renda mensal passa de R\$ 3,6 mil para R\$ 4 mil
- Faixa 3: limite de renda mensal passa de R\$ 6,5 mil para R\$ 9 mil.

A origem dos recursos financeiros sustentadores do MCMV é o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) que recebe recursos transferidos do Orçamento Geral da União (OGU) para viabilizar a construção de unidades habitacionais.

São coadjuvantes na implantação do MCMV os segmentos indicados a seguir.

Ministério das Cidades – Responsável por estabelecer diretrizes, fixar regras e condições, definir a distribuição de recursos entre as Unidades da Federação, além de acompanhar e avaliar o desempenho do programa. Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão - Em conjunto com o Ministério das Cidades, pode rever anualmente os limites de renda familiar dos beneficiários e, ainda, fixar a remuneração da Caixa pelas atividades exercidas no âmbito do programa.

Caixa Econômica Federal – Instituição financeira responsável pela operacionalização do programa em estados e municípios.

Órgãos das administrações direta ou indireta, que aderirem ao programa -Têm sua participação estabelecida por meio de assinatura de um Termo de Adesão com a Caixa. Visa assegurar a sua colaboração nas ações em prol do desenvolvimento de fatores facilitadores à implementação dos Planos, destacando-se a indicação das áreas

---

<sup>2</sup> De acordo com a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional é estruturado por quatro componentes: precariedade habitacional (favelas por exemplo); coabitação familiar (famílias que dividem uma mesma casa); ônus excessivo com aluguel (locatários); e adensamento excessivo em domicílios ocupados.



priorizadas para implantação dos Planos, isenção de tributos, aporte de recursos, indicação da demanda, indicação de solicitantes para a venda dos empreendimentos e execução do Trabalho Técnico Social junto aos beneficiários dos empreendimentos implantados.

**Empresas do setor de Construção Civil** - Participam na apresentação de propostas e execução de Planos para produção de unidades habitacionais na forma estabelecida pelas normas do programa e realiza a guarda dos imóveis pelo prazo de 60 dias após a conclusão e legalização das unidades habitacionais.

A execução das obras do empreendimento é realizada por construtora contratada pela CAIXA, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados. Os imóveis contratados são de propriedade exclusiva do FAR e integram seu patrimônio até que sejam alienados.

De uma maneira muitíssimo simplificada a dinâmica do processo seria: 1) um empreendedor/construtor vai até uma agência da CAIXA e oferece um empreendimento habitacional que ele mesmo construirá. 2) a CAIXA analisa a proposta; 3) Quando a proposta é aceita por haver cumprido com as exigências a mesma é encaminhada para o setor habitacional do município, (no caso de João Pessoa a SEMHAB) a quem cabe selecionar a demanda (os beneficiários) a partir do CADUNICO, e garantir realização do trabalho técnico social.

Nesta perspectiva a seleção da demanda e o trabalho técnico social constituem aspectos decisivos realizados pelos entes locais, como a SEMHAB da PMJP.

## 2.1 Indicação e Seleção de Beneficiários

A indicação e seleção dos beneficiários é feita pelo município através de suas instâncias competentes e deve ser apresentada à Caixa em até oito meses contados da contratação do empreendimento, seguindo critérios nacionais e adicionais de priorização, definidos pelo Ministério das Cidades.

Em 2016, o Governo Federal, através do Ministério das cidades, inicia implantação do Sistema Nacional de Cadastro Habitacional – SNCH, visando aperfeiçoar o sistema de indicação e seleção dos beneficiários. Nesse sistema estados e municípios enviam os dados de seus cadastros locais para grande banco de dados unificado mantido atualizado pelo Ministério das Cidades.

O SNCH foi criado pela portaria nº 163, de 6 de maio de 2016 e ajustada pela Portaria Nº419 de 24 de Agosto de 2016. Entre suas principais contribuições para regular o processo estão os critérios de priorização dos candidatos, registrados a seguir, tal-e-como está redigido na referida portaria.

## 2.2 Critérios de Priorização de Candidatos

*3.1 Para fins de seleção dos candidatos a beneficiários, serão observados, obrigatoriamente, condições de enquadramento e critérios nacionais de priorização, e, ainda, até 3 (três) critérios adicionais adotados pelo ente público.*

3.1.1 As condições de enquadramento dos candidatos a beneficiários são: a) renda familiar compatível com a modalidade; a.1) o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, fornecidos pelo Governo Federal, não compõem a renda familiar. b) não ser proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial; e c) não ter recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários do município, dos Estados, da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição de material de construção para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional.

3.1.2 Os critérios nacionais são: a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do ente público; b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por auto declaração; e c) famílias de que façam parte pessoa (s) com deficiência, comprovado com a apresentação de atestado médico.

3.1.3 Os critérios adicionais, caso sejam adotados, deverão ser selecionados dentre os a seguir listados: a) famílias que habitam ou trabalham a, no máximo, “x” km de distância do centro do empreendimento,

comprovado com a apresentação de comprovante de residência; b) famílias residentes no município há no mínimo “x” anos, comprovado com a apresentação de comprovante de residência; c) famílias beneficiadas por Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Política de Assistência Social, comprovado por declaração do ente público; d) famílias que se encontrem em situação de rua e que recebam acompanhamento socioassistencial do Distrito Federal, estado ou município, ou de instituições privadas sem fins lucrativos, com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e que trabalhem em parceria com o poder público, comprovado por declaração do ente público ou da instituição; e) famílias com filho(s) em idade inferior a 18 (dezoito) anos, comprovado por documento de filiação; f) famílias monoparentais (constituída somente pela mãe, somente pelo pai ou somente por um responsável legal por crianças e adolescentes), comprovado por documento de filiação e documento oficial emitido pela Justiça que comprove a guarda; g) famílias de que façam parte pessoa(s) idosa(s) comprovado por documento oficial que comprove a data de nascimento; h) famílias de que façam parte pessoa(s) com doença crônica incapacitante para o trabalho, comprovado por laudo médico; i) famílias em situação de coabitação involuntária, comprovado por auto declaração do candidato; j) famílias com ônus excessivo de aluguel, comprovado por recibo ou contrato de aluguel e declaração de renda; k) famílias inscritas no cadastro habitacional há mais de “x” anos, desde que posterior a julho de 2009, independente das datas de atualização cadastral, comprovado por protocolo ou similar; l) famílias em atendimento de “aluguel social”, comprovado pelo ente público; m) famílias de que faça parte pessoa atendida por medida protetiva prevista na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), comprovado por cópia da petição inicial do Ministério Público que formaliza a ação penal; 7 n) outros, a serem submetidos previamente à aprovação da Secretaria Nacional de Habitação (SNH).

4.10 No mínimo 3% (três por cento) das unidades habitacionais do empreendimento devem ser direcionadas para atendimento de cada um dos seguintes segmentos: a) pessoas idosas, na condição de titulares do benefício habitacional, conforme disposto no inciso I, do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual, e b) pessoas com deficiência, conforme disposto no inciso I, do art. 32, da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ou famílias de que façam parte pessoas com deficiência, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual.

**8.2 Em caso de constar, entre os selecionados, mulheres atendidas por medida protetiva de abrigo, seus dados deverão ser preservados da publicidade na divulgação da relação de beneficiários.**

## 2.3 Hierarquização e Seleção dos Candidatos

4.2 O processo de seleção e sorteio dos candidatos a beneficiários será realizado, por empreendimento, por meio do SNCH mediante a aplicação dos critérios e procedimentos definidos nesta Portaria.

O processo de seleção e sorteio dos candidatos do empreendimento iniciará quando a obra do empreendimento atingir 50% (cinquenta por cento) de execução.

4.7 Será admitida a indicação de famílias provenientes de assentamento(s) irregular(es), em razão de estarem em área de risco; de terem sido desabrigadas; ou por motivos justificados em Planos de regularização fundiária e obras que tenham motivado seu deslocamento involuntário, ficando dispensadas da aplicabilidade dos critérios de priorização de que tratam os itens 3 e 4. Esta indicação está condicionada ao envio ao SNCH, anteriormente à data do sorteio, em arquivo específico, conforme modelo definido no Manual do Usuário.

4.7.4 Consideram-se áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento, sob redes elétricas de alta tensão, áreas de segurança de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil.

4.8 Ficam dispensados do sorteio os candidatos a beneficiários enquadrados nas seguintes situações: a) Advindas de situação de emergência ou estado de calamidade pública, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, conforme Portaria Interministerial MCidades/Integração Nacional nº 1, de 2013; b) Vinculadas a intervenções no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que demandem reassentamento, sendo as famílias beneficiadas aquelas residentes nas respectivas áreas de

intervenção, que tiverem que ser realocadas ou reassentadas; c) Vinculadas a reassentamentos de famílias, indicadas pelo ente público, decorrentes de obras vinculadas à realização dos Jogos Rio 2016; d) Indicados conforme disposto nos subitens 4.7 e 4.8. 4.9.1 As famílias descritas nas situações acima deverão ser listadas conforme definido no Manual do Usuário.

## 2.4 O Trabalho Técnico Social (TTS) no Programa Minha Casa Minha Vida

O TTS é regulado pela Portaria nº 21, publicada em 22 de janeiro de 2014, Ministério das Cidades.

Em 1996, o Governo Federal revisou a Política Nacional de Habitação, evidenciando a questão da participação popular na definição da moradia adequada: *“É essencial considerar, em qualquer política de governo, a participação popular como forma de afirmação da cidadania e também como estratégia de democratização e controle social da gestão pública.* Foi então que a CAIXA instituiu o cargo de Técnico Social. As atividades do Trabalho Social na CAIXA são desenvolvidas por funcionários com formação em Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais, Sociologia, e Política e Pedagogia, com a finalidade de analisar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar o Trabalho Social executados pelos entes públicos e privados.

Em João Pessoa a equipe encarregada do TTS é composta por cinco funcionários, que atendem demandas de TTS da (i) GIGOV – (Gerência de Governo); (ii) dos Programas de Infraestrutura e saneamento (PAC, FGTS, OGU e Programas Especiais); (iii) da GIHAB - (Gerência Executiva de Habitação) e (iv) de Programas de Habitação do Governo (MCMV/PNHR, operações de crédito imobiliário).

O TTS é regulado pela Portaria nº 21, publicada em 22 de janeiro de 2014, Ministério das Cidades. “A participação da equipe social deve ocorrer nas fases de planejamento, execução e avaliação da intervenção, trabalhando de forma integrada com as demais equipes do Plano” (Portaria 21/2014, MCidades). Operacionalmente as atividades são conduzidas pelo Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. (Portaria e Manual constituem anexos do presente documento), além de Manual Normativo Interno.

A Portaria 21/2014, MCidades. define o Trabalho Social como “Um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando a promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.”

A responsabilidade de execução do TTS é do agente promotor, podendo ser realizado por administração direta ou ambos (modalidade mista). Deve ser executados nas fases ANTES DAS OBRAS, DURANTE AS OBRAS e PÓS OBRA;

“O TS deverá observar, obrigatoriamente, quatro eixos, sendo que a ênfase a cada um deverá respeitar as características da área de intervenção e da macro área indicadas no diagnóstico” (Portaria 21/2014, MCidades). Os referidos eixos são :Mobilização, Organização e Fortalecimento Social; Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção\*Educação Ambiental e Patrimonial\*\*Desenvolvimento Socioeconômico. O eixo da Gestão condominial e patrimonial, é obrigatório para unidades em condomínio do MCMV – Recursos FAR e PAC, e poderá ser contemplado no PTS ou executado por empresas licitadas ou credenciadas da CAIXA.

Constituem instrumentais organizadores do TTS quatro documentos que devem ser produzidos pelo ente e enviados para a equipe social da CAIXA : (i) Plano de Trabalho Social – Preliminar (**PTS-P**) Plano de Trabalho Social – (PTS) ; (iii) **PDST** – Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial , e (iv) Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social - **RATS**, apresentados mensalmente e com todos os documentos de registro/sistematização das atividades desenvolvidas: Atas; Listas de presença; Fotos das reuniões/cursos/hora do lanches, palestrantes, etc. , Material didático e de comunicação, convite, certificados, folders, etc. e Detalhamento/quantitativos dos materiais/lanches utilizados.

Cada um dos planos e Planos indicados acima possui objetivos e momentos específicos de realização, além de ações particulares, conforme pode ser apreciado no Quadro inserido a seguir.

Quadro 1 - Instrumentos de Planejamento – MCMV

<b>PTS-P- Pós-assinatura do convênio TS</b> Objetivo: cadastro e seleção da demanda. <b>REFERÊNCIA:</b> Até 20% dos recursos do TTS.	<b>PTS - Pré-contratual com o beneficiário</b> Objetivo: Executar ações Pré-contratual com os beneficiários, bem como o planejamento das ações/articulações para elaboração do PDST. <b>REFERÊNCIA:</b> Até 20% dos recursos do TTS.	<b>PDST - Pós-contratual com o beneficiário/Pós-obra</b> Objetivo: Desenvolver ações que visem à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e a integração territorial dos beneficiários. <b>REFERÊNCIA:</b> Mínimo de 60% dos recursos do TTS.
Deverá ser apresentado em no máximo 4 meses após a notificação pela IF ou até 15% de execução da obra.	Deverá ser apresentado e aprovado em até 12 (doze) meses após assinatura do convênio ou até 65% de obra.	Deverá ser apresentado e aprovado conforme indicado no cronograma do PTS, até no máximo, o final da fase de obras.
<b>Prazo:</b> Da assinatura do convênio TS até a entrega do PTS à IF, com duração de <b>até 12 meses ou</b> até a obra atingir 65% de execução.	<b>Prazo:</b> Da aprovação do PTS pela IF até a assinatura do contrato com o beneficiário, devendo ser iniciado no mínimo em <b>8 meses</b> antes da mudança das famílias ou assinatura dos contratos.	<b>Prazo:</b> A partir da mudança das famílias ou assinatura dos contratos, com duração de <b>até 12 meses</b> .
<b>Atividades Básicas a)</b> cadastro, seleção e hierarquização da demanda; <b>b)</b> realização de diagnóstico socioeconômico das famílias selecionadas; <b>c)</b> caracterização da macro área onde se localiza o empreendimento; <b>d)</b> elaboração do PTS, no qual devem constar as alíneas “b” e “c”.	<b>Atividades Básicas a)</b> repasse aos beneficiários de informações sobre:a.1) o Programa MCMV/FAR, os critérios de participação e as condições contratuais; a.2) os procedimentos para a entrega dos imóveis;a.3) oferta e localização de serviços públicos de educação, saúde, lazer, esporte, segurança pública, assistência social, cultura entre outros, e acompanhamento dos processos de transferência escolar e demais serviços de educação;a.4) acesso às tarifas sociais;a.5) processo de atualização no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;a.6) noções básicas sobre organização comunitária e as alternativas de representações dos beneficiários;a.7) noções básicas sobre organização e planejamento do orçamento familiar, racionalização dos gastos com moradia e especificidades relacionadas ao novo morar) acompanhamento do acesso dos beneficiários às tarifas sociais e serviços públicos) realização de visitas à obra com os	<b>Atividades Básicas a)</b> instituição ou consolidação das organizações de base, estimulando a criação de organismos representativos dos beneficiários e o desenvolvimento de grupos sociais e de comissões de interesses; <b>b)</b> apoio à formalização de associação de moradores e outras organizações de base, registro do estatuto e outros documentos, quando for o caso, inclusive na modalidade loteamento; <b>c)</b> identificação e capacitação de lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária; <b>d)</b> criação, reorganização, fortalecimento e formalização de entidades da sociedade civil da macro área que prestem serviços no território, visando à inclusão produtiva, econômica e social das famílias; <b>e)</b> apoio à participação comunitária na pactuação e promoção de atitudes e condutas ligadas ao zelo e ao bom funcionamento dos espaços comuns, equipamentos sociais e comunitários disponibilizados, assim como de normas de convivência, promovendo a participação dos beneficiários; <b>f)</b> estabelecimento de parcerias

	<p>beneficiários ou seus representantes ;<b>d)</b> compatibilização das atividades do Trabalho Social, com as desenvolvidas no âmbito da gestão condominial e patrimonial conforme normativo específico; <b>e)</b> elaboração do PDST.</p>	<p>com os órgãos governamentais e não governamentais; <b>g)</b> capacitações teóricas e práticas sobre organização e planejamento do orçamento familiar, e sobre a racionalização dos gastos com moradia; <b>h)</b> estímulo à promoção de atitudes e condutas sociais vinculadas ao novo morar, articuladas com os conteúdos abordados na gestão condominial, conforme normativo específico) difusão de noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e da coletividade; <b>j)</b> ações socioeducativas relacionadas ao uso racional da água e da energia elétrica, preservação e conservação ambiental, e manejo de resíduos sólidos; <b>k)</b> promoção de campanhas educativas de segurança infantil no imóvel e no empreendimento; <b>l)</b> estímulo à adequada apropriação e uso dos espaços e equipamentos de uso comum; <b>m)</b> encaminhamento dos beneficiários aos serviços de intermediação de mão de obra por meio dos serviços existentes; <b>n)</b> encaminhamento dos beneficiários aos serviços de formação de núcleos associativos de produção e de microcrédito produtivo; <b>o)</b> apoio, articulação ou promoção de atividades de capacitação e requalificação profissional, e encaminhamento ao mercado do trabalho, conforme indicações da pesquisa de vocações e mercado do trabalho, aproveitando as oportunidades proporcionadas por programas e leis existentes, tal qual a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000); <b>p)</b> articulação com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, cultura, esporte, meio ambiente, entre outras;</p>
--	--	---

## 2.5 Naturezas de reassentamento gerados pelo Programa Minha Casa Minha Vida

Os empreendimentos construídos através do MCMV podem mesclar, em um mesmo Conjunto Habitacional, reassentamentos de duas naturezas, quais sejam:

- (i) Reassentamento voluntário, representado pelas pessoas que voluntariamente buscam a SEMHAB e se inscrevem no cadastro de demanda habitacional para aceder à uma moradia através do programa MCMV;
- (ii) Reassentamento involuntário, representado pelas pessoas que são designadas pela Defesa Civil/Ministério Público para serem atendidas prioritariamente com uma unidade habitacional do MCMV por estarem em situação de risco. Esses casos sendo prioritários passam à frente da lista cadastral da SEMNHAB, para distribuição de unidades do MCMV. Para o BID trata-se de um reassentamento involuntário pelo fato de que as pessoas não foram livremente até a SEMNHAB buscar uma unidade habitacional e nessa perspectiva o caráter involuntário do reassentamento estaria consubstanciado na saída compulsória da moradia em situação de risco.
- (iii) Reassentamento involuntário de população instalada no terreno requerido para construção do empreendimento e isso não ocorreu no caso do CH Colinas de Gramame. A área pertencia a um particular estando totalmente desocupado quando da compra do terreno pela empreiteira responsável pela obra. É procedente registrar que terrenos pertencentes à particulares não sofrem invasões em função das medidas de segurança assumidas pelos donos, em geral consistindo na colocação de um vigia e visitas constantes à área. O mesmo não ocorre com terrenos pertencentes ao poder público, frequentemente invadidos e ocupados.

No caso do CH Colinas de Gramame, com um total de 432 unidades habitacionais distribuídas em dois condomínios, o empreendimento está em fase final de construção, e 49 unidades já estão destinadas à ocupantes de uma fábrica abandonada, indicados pelo Ministério Público. As demais 381 unidades habitacionais serão sorteadas entre pessoas inscritas voluntariamente no cadastro da SEMNHAB para aceder a uma moradia do programa MCMV.

Caso esta tendência se confirme, o Residencial Colinas de Gramame seria ocupado por 49 famílias oriundas de situações de risco e partícipes de reassentamento involuntário e 381 famílias oriundas do cadastro de demandas voluntárias da SEMNHAB. Ou seja, 89% das unidades para demanda voluntária e 11% das unidades para reassentamento involuntário. Mas nem mesmo a SEMHAB pode garantir que não ocorrerá alguma situação emergência, tipo desabamentos ou enchentes que levem a Defesa Civil a determinar destinação de unidades para as famílias que sofrem estes tipos de catástrofes. Ou que lideranças que não estejam em situações de riscos de enchentes e desabamentos busquem o Ministério Público exigindo solução habitacional, como foi o caso das famílias de Ricardo Brindeiro, relatado no capítulo 3, no item Perfil Socioeconômico dos beneficiários.

## 2.6 Marco Legal

O Marco Legal que rege o processo de reassentamento voluntário e involuntário no âmbito do MCMV é estabelecido pelo Ministério da Cidade, através de leis, Portarias e Instruções normativas e tal aparato jurídico orienta o Ente executor no município, no caso a CAIXA de João Pessoa.

Segundo informações disponibilizadas no endereço eletrônico [www.caixa.gov.br/downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/legislacao\\_fgts.pdf](http://www.caixa.gov.br/downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/legislacao_fgts.pdf) ;( acessado em Abril de 2017), existem mais de vinte instrumentos jurídicos reguladores do MCMV, emitidos até 2013, (indicados no Quadro nº 2).

Em 2014 é emitida a portaria nº 21, instrumento regulador do trabalho social desenvolvido nos empreendimentos habitacionais financiados pelo MCMV.

Em 2015 é emitida a Portaria Nº 412, aprovando um Manual de Instruções para Seleção dos Beneficiários do MCMV.

Considerando o vínculo direto normativo das referidas portarias com o trabalho social analisado neste PERR, são apresentados seus principais aspectos nos itens 2.6.1; 2.6.2 e 2.6.3, deste documento.



Quadro 2 Legislação do programa Minha Casa Minha Vida

<a href="#"><u>Instrução Normativa RFB nº 1.435</u></a>	30/12/2013	Dispõe sobre o regime especial de tributação aplicável às incorporações imobiliárias e sobre o pagamento unificado de tributos aplicável às construções de unidades habitacionais contratadas no âmbito do PMCMV.
<a href="#"><u>Instrução Normativa RFB nº 934</u></a>	27/4/2009	Revogada pela IN 1.435, de 30/12/2013
<a href="#"><u>Lei nº 10.188</u></a>	12/2/2001	Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências. (DOU 14.02.2001)
<a href="#"><u>Lei nº 11.474</u></a>	15/5/2007	Altera a Lei nº 10.188, de 12.02.2001, que cria o PAR, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências. (DOU 16.05.2007)
<a href="#"><u>Lei nº 11.977</u></a>	07/7/2009	Dispõe sobre o PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências. (DOU 08.07.2009)
<a href="#"><u>Lei nº 12.024</u></a>	27/8/2009	Dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e dá outras providências. (DOU 28.08.2009)
<a href="#"><u>Lei nº 12.249</u></a>	11/6/2010	Ajusta o PMCMV – Lei 11.977 e dá outras providências (DOU 14.06.2010)
<a href="#"><u>Lei nº 12.424</u></a>	16/6/2011	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001 e dá outras providências. (DOU 17.06.2011 e republicado em 20.06.2011)
<a href="#"><u>Lei nº 12.693</u></a>	24/7/2012	Altera a 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001 e dá outras providências. (DOU 25.07.2012)
<a href="#"><u>Lei nº 12.722</u></a>	03/10/2012	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 e dá outras providências. (DOU 04.10.2012)



<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 24</u></a>	18/1/2013	Dispõe sobre a divulgação, publicidade e identidade visual do PMCMV e dá outras providências (DOU 21.01.2013)
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 263</u></a>	15/5/2014	Altera a Portaria nº 363/2013, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida em municípios com população até 50.000 habitantes.
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 274</u></a>	21/5/2014	Dispõe sobre o limite de unidades habitacionais para contratação de empreendimento no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial localizado no Distrito Federal
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 325</u></a>	07/7/2011	Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. (Republicada no DOU 21.07.2011)
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 363</u></a>	12/8/2013	Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV em municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes.
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 368</u></a>	16/7/2010	Dispõe sobre aquisição e alienação de imóveis sem prévio arrendamento, no âmbito do PAR e do PMCMV (DOU 19.07.10)
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 435</u></a>	28/8/2012	Dispõe sobre os valores máximos de aquisição das unidades habitacionais contratadas com recursos advindos da integralização de cotas no FAR, no âmbito do PMCMV
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 479</u></a>	29/9/2010	Dá nova redação à Portaria nº 93, de 24.02.2010, do MCidades, que dispõe sobre a aquisição e alienação de imóveis sem prévio arrendamento, no âmbito do PAR e do PMCMV. (DOU 30.09.2010)
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 518</u></a>	8/11/2013	Dá nova redação à Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição, requalificação e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 546</u></a>	23/11/2011	Altera a Portaria MCidades nº 59, de 16 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao FAR no âmbito

Quadro 2 continuação

NORMA	DATA	ASSUNTO
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 59</u></a>	16/2/2011	Dispõe sobre aquisição e alienação de imóveis, sem prévio arrendamento, no âmbito do PAR e do PMCMV, para os fins que especifica.
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 595</u></a>	18/12/2013	Dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 618</u></a>	14/12/2010	Dispõe sobre o processo de seleção de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, com vistas à indicação de beneficiários para os imóveis oriundos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida.
<a href="#"><u>Portaria MCidades nº 89</u></a>	06/2/2013	Institui a necessidade de autorização do Ministério das Cidades para a realização de eventos de assinatura de contratos, visitas a obras e inaugurações de empreendimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, inclusive do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.
<a href="#"><u>Portaria MSAúde nº 340</u></a>	04/3/2013	Redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS)
<a href="#"><u>Resolução Normativa ANEEL nº 414</u></a>	09/9/2010	Orienta os agentes participantes do PMCMV e as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica (distribuidoras) sobre os prazos e procedimentos que devem ser observados para a implantação da infraestrutura das redes de distribuição de energia elétrica nos empreendimentos habitacionais de interesse social, localizados em área urbana, produzidos com recursos orçamentários da União, do FAR e FDS

Quadro 2 –última parte

Referente à normatização do trabalho social no ciclo de preparação e implantação de empreendimentos habitacionais do MCMV, explicitam-se a seguir principais aspectos da portaria 21, que em sua totalidade constitui Anexo deste PERR.

## 2.6.1 Portaria Nº 21 de 2014

Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades.

Art. 1º Aprovar o Manual de Instruções do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, contendo normas e orientações para elaboração, contratação e execução do Trabalho Social nas intervenções de habitação e saneamento objetos de operações de repasse ou financiamento firmadas com o setor público; intervenções de habitação objetos de operações de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos; nas intervenções inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias; bem como, naquelas executadas no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, em todas as suas modalidades.

## 2.6.2 Manual de Orientação do Trabalho Social

### “CAPÍTULO I

#### I DEFINIÇÃO

1 O Trabalho Social, de que trata este Manual, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, **visando promover o exercício da participação e a inserção social** dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

#### II OBJETIVOS

##### 1 Objetivo Geral

**Promover a participação social**, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção.

##### 2 Objetivo Específicos

2.1 **Promover a participação dos beneficiários** nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias.

2.2 **Fomentar processos de liderança**, a organização e a mobilização comunitária, contribuindo para a gestão democrática e participativa dos processos implantados.

2.3 Estimular o desenvolvimento da cidadania e dos laços sociais e comunitários.

2.4 Apoiar a implantação da gestão condominial quando as habitações forem produzidas sob essa modalidade.

2.5 Articular as políticas de habitação e saneamento básico com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, meio ambiente, recursos hídricos, educação ambiental, segurança alimentar, segurança pública, entre outras, promovendo, por meio da intersetorialidade, a efetivação dos direitos e o desenvolvimento local.

2.6 Fomentar processos de inclusão produtiva coerentes com o potencial econômico e as características culturais da região, promovendo capacitação profissional e estímulo à inserção no ensino formal,

especialmente de mulheres chefes de família, em situação de pobreza extrema, visando à redução do analfabetismo, o estímulo a sua autonomia e à geração de renda.

2.7 Apoiar processos socioeducativos que englobem informações sobre os bens, equipamentos e serviços implantados, estimulando a utilização adequada destes, assim como atitudes saudáveis em relação ao meio ambiente e à vida.

2.8 Fomentar o diálogo entre os beneficiários e o poder público local, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da intervenção e o direcionamento aos demais programas e políticas públicas, visando ao atendimento das necessidades e potencialidades dos beneficiários.

2.9 Articular a participação dos beneficiários com movimentos sociais, redes, associações, conselhos mais amplos do que os das áreas de intervenção, buscando a sua inserção em iniciativas mais abrangentes de democratização e de participação.

2.10 Fomentar a constituição de organizações representativas dos beneficiários e fortalecer as já existentes.

2.11 Contribuir para a sustentabilidade da intervenção, a ser alcançada por meio da permanência das famílias no novo habitat, da adequada utilização dos equipamentos implantados, da garantia de acesso aos serviços básicos, da conservação e manutenção da intervenção física e, quando for o caso, do retorno dos investimentos.

2.12 Gerir ações sociais associadas à execução das obras e dos reassentamentos, quando houver “

### “III EIXOS

**1 Mobilização, organização e fortalecimento social**– prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.

**2 Acompanhamento e gestão social da intervenção** –visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua execução, bem como, preparar e acompanhar a comunidade para compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.

**3 Educação ambiental e patrimonial** – visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.

**4 Desenvolvimento socioeconômico** – objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.

5 O Trabalho Social deverá observar, obrigatoriamente, todos os quatro eixos, sendo que a ênfase a cada um deverá respeitar as características da área de intervenção e da macro área, quando esta existir, indicadas no diagnóstico.

5.1 Nas intervenções de prevenção de riscos, o trabalho social deverá atender ao eixo “acompanhamento e gestão social da intervenção”, podendo ser estendido aos demais eixos, desde que devidamente justificado pelo proponente e aceito pela Instituição Financeira

### IV PLANEJAMENTO

1 A participação da equipe social deve ocorrer nas fases de planejamento, execução e avaliação da intervenção, trabalhando de forma integrada com as demais equipes do projeto, sendo que o planejamento do Trabalho Social deve se dar em 3 (três) etapas, constituídas, no mínimo, por:

**a) Projeto de Trabalho Social Preliminar– PTS-P** a ser apresentado na seleção da proposta pelo MCIDADES, define os objetivos e o escopo geral do Trabalho Social a ser implementado e o valor de investimento destinado para esse fim no instrumento de repasse/financiamento.

a.1) O PTS-P deverá ser aprovado pelo Agente Operador/Financeiro para assinatura do instrumento de repasse/financiamento.

a.2) Caso o Proponente/Agente Executor tenha condição de apresentar o Projeto de Trabalho Social – PTS na seleção/contratação, está automaticamente dispensado do PTS-P.

**b) Projeto de Trabalho Social - PTS**, a ser apresentado pelo Proponente/Agente Executor e aprovado pelo Agente Operador/Financeiro entre a assinatura do instrumento de repasse/financiamento e a autorização do início de obras, devendo detalhar o Trabalho Social a ser desenvolvido nas fases de obras e pós-obras nos seus 4 (quatro) eixos, em consonância com o cronograma de obras.

**c) Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST**, que deve ser apresentado pelo Proponente/Agente Executor e aprovado pelo Agente Operador/Financeiro conforme indicado no cronograma do PTS, até no máximo o final da Fase de Obras, para as operações de habitação com número de famílias beneficiárias acima de 500 (quinhentas) e, nas de saneamento, quando o valor destinado às ações do Trabalho Social for superior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo facultativo nos demais casos.

1.1 Algumas ou todas as ações de diagnóstico e planejamento previstas para a elaboração do PTS poderão, a critério do Proponente/Agente Executor, ser antecipadas no PTS-P, neste caso a expensas do Proponente/Agente Executor, não compondo o custo do Trabalho Social.

1.2 No PTS devem ser explicitados os arranjos de gestão necessários para viabilizar a organização e coordenação das ações intersetoriais.

1.3 No caso das intervenções destinadas à prevenção e ao enfrentamento de desastres naturais incluídas nas regras da Portaria Interministerial nº 130, de 23 de abril de 2013, a apresentação do PTS-P e do PDST é dispensada, devendo sua elaboração e execução ser comprovada por ocasião da prestação de contas final.”.

## Portaria Nº 412

Aprova Manual de Instruções para Seleção dos Beneficiários do MCMV. Foi detalhada anteriormente, neste capítulo.

Além das portarias referidas anteriormente, o CH Colinas de Gramame está subordinado, também, à normativas locais, explicitadas no quadro a seguir.

Quadro 3 Normas Locais.

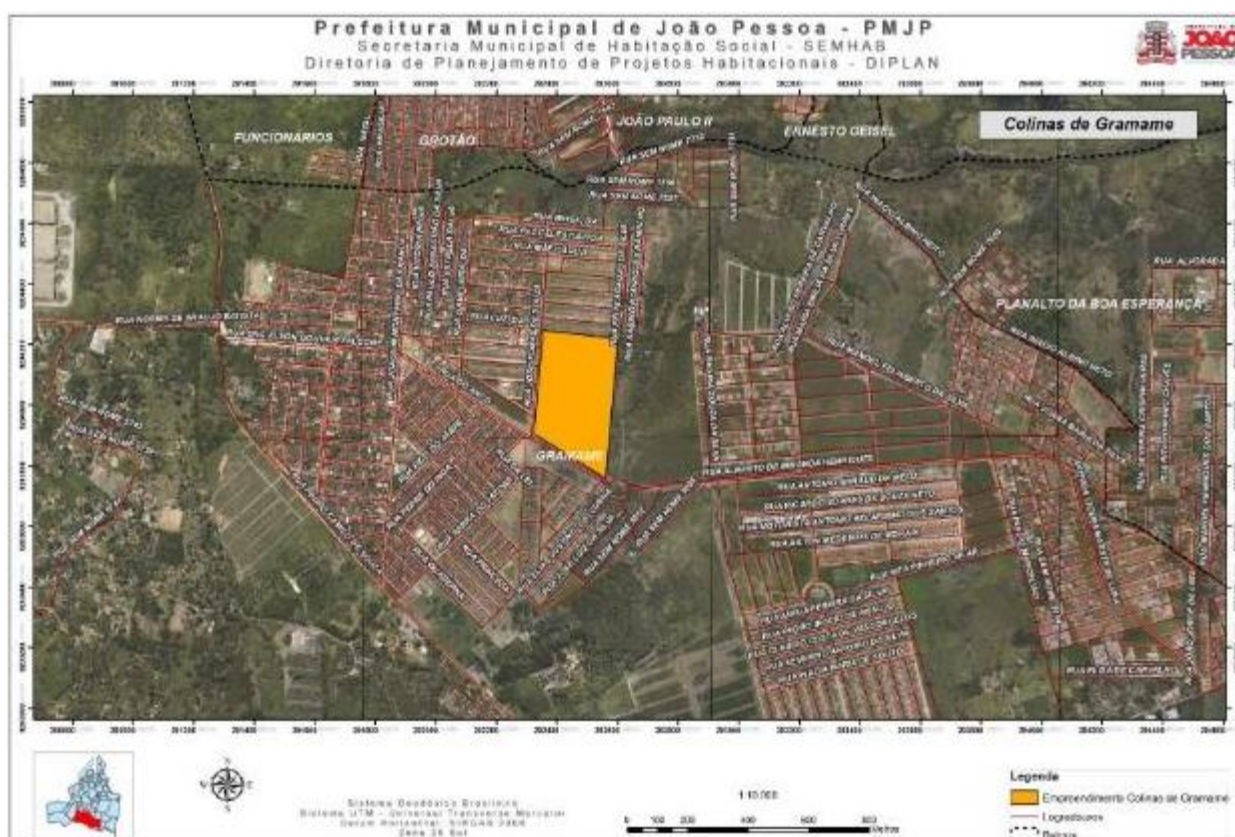
CREA	Baseando-se, na combinação da lei 8666/93, art 30, inciso i e ii, lei federal 6.496/77 e no artigo 3º da resolução nº 425/98 do CONFEA que determina que nenhuma obra ou serviço seja iniciado, sem registro da ART	Plano de Execução do Conjunto Habitacional.
PMJP/SEMAM	Licença ambiental de instalação obtida conforme entrega dos blocos.	Projetos arquitetônicos e análises simplificadas
PMJP/SEPLAN	Alvarás de Construção	Projeto Arquitetônico e Urbanístico do CH; Memorial Descritivo e outros



## Capítulo 3 O Conjunto Habitacional Colinas de Gramame

### 2.1 Localização e entorno

O Conjunto Habitacional Colinas de Gramame está localizado na Rua Projetada, no bairro de Gramame, Loteamento Colinas do Sul em João Pessoa – PB, com área de 14.137,65m<sup>2</sup> (quatorze mil cento e trinta e sete metros quadrados). A inserção do empreendimento no tecido urbano de João Pessoa pode ser apreciada no mapa a seguir.



Mapa 1 Localização do Colinas de Gramame na cidade de João Pessoa.

O entorno do empreendimento oferece serviços de saúde, educação, mobilidade, segurança e organização comunitária focalizados a seguir.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Convém registrar que o entorno é o mesmo do Residencial Colinas de Gramame, localizado próximo ao CH Colinas de Gramame. Assim, se atualmente o entorno parece suficiente para acolher população realocizada para o CH Colinas de Gramame, possivelmente isso deverá ser revisado quando os dois CH tiverem todas as suas unidades preenchidas, com mais de duas mil famílias ( 2016 Colinas de Gramame e 420 Colinas de Gramame), representando um contingente de demandas por serviços da ordem de mais de doze mil pessoas. Certamente a situação poderá provocar pressão nos equipamentos e serviços do entorno e por isso é fundamental que a construção dos equipamentos de educação e saúde previstas para os CH sejam concluídas com a brevidade possível.

Os serviços e equipamentos indicados a seguir estão localizados a um raio de dois km do local onde está sendo construído o CH Colinas de Gramame.

- **Serviços de Saúde no entorno do Residencial Colinas de Gramame**

O levantamento dos serviços de saúde ofertados no entorno do empreendimento contou com avaliação de profissionais que atuam na comunidade, bem como os usuários que acessam os serviços prestados pela rede municipal de Saúde.

Foram realizadas visitas institucionais à Unidade Básica de Saúde - Mudança de Vida situada no bairro Colinas do Sul e Unidade Integrada do Grotão, onde foram apreendidas informações acerca da estrutura sócio organizacional dos serviços de saúde prestados a população. Para isso, foi necessário realizar uma pesquisa de campo de análise quanti-qualitativa

O Distrito II informou que os usuários são atendidos por uma equipe multidisciplinar, com os seguintes profissionais: médicos, dentistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agente comunitários de saúde – ACS. As equipes de Agente Comunitário de Saúde – ACS são compostas por doze (12) profissionais, que por sua vez, acompanha aproximadamente setecentas famílias, com um total aproximado de 8.400 pessoas.

Os serviços ofertados na unidade são: vacinação, marcação de exames, consultas - médicas e odontológicas, além de palestras socioeducativas.

Atualmente as pessoas já trasladadas para o Residencial Colinas de Gramame XI está sendo atendida por uma equipe transitória de saúde composta por 01 médico, 01 enfermeiro, 01 dentista que atendem no Centro de Convivência do próprio residencial.

- **Serviços de educação**

Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimundo Nonato Batista

Fundamental I: da educação infantil ao 5º ano M/T (05 a 15 anos);

Fundamental II: do 6º ao 9º ano: (14 a 17 anos)

EJA (Fundamental I e II - noite): (a partir dos 17 anos)

PROJOVEM Urbano (Noite): (18 a 28 anos)

Brasil Alfabetizado (Noite): (maiores de 18 anos)

**Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Linduarte Noronha**

Fundamental I (Tarde): da educação infantil ao 5º ano (05 a 15 anos);

Fundamental II (Manhã): do 6º ao 9º ano: (14 a 17 anos).

- **Serviços de assistência social– CRAS; CREI**

O entorno do empreendimento existe o Centro de Referência da Assistência Social, (CRAS) localizado na Rua S/N- Colinas do Sul. O CRAS realiza inscrição e encaminhamento para o Programa Bolsa Família; desenvolve atividades de parceria para crianças 06 a 14 anos através do Serviço de Convivência Fortalecimento e Vínculo – SCFV anteriormente denominado de PETI, buscando o fortalecimento de vínculos familiares. Outra atividade desenvolvida pelo CRAS está voltada para o grupo de idosos, totalizando 15 participantes. Realiza acompanhamento aos adolescentes de 5 17 anos que estão inseridos no Serviço de Fortalecimento e Vínculos – SFV, antigo PROJOVEM Adolescente.

CREI – Maria da Penha Macedo de Melo, localizado na Rua: Antônio Correia da Costa, S/N, Bairro Funcionários IICRECHE – Luzia do Taipa, situada na Rua: Projetada, S/N Conjunto Gervásio Maia Comércios e serviços locais.

No tocante aos comércios e serviços locais, foi constatada in loco a existência de: Farmácias, magazines, loja de materiais de construção e de móveis, casa lotérica, mercadinhos, borracharia, salão de beleza, igrejas,



restaurantes, academia de ginástica e padaria. Os comércios ficam situados num raio de 2 km do CH Colinas de Gramame.

Infraestrutura e Mobilidade urbana que diz respeito aos aspectos que envolvem a infraestrutura, as ruas do entorno do residencial são calçadas e a avenida principal é asfaltada.

### **Mobilidade**

A frota é composta por ônibus adaptados para pessoas com deficiência. De acordo com a SEMOB, o quantitativo de ônibus existente atualmente atende as necessidades da demanda que residem no entorno, sobretudo nos horários de maior fluxo e que o itinerário da frota de ônibus só poderá ser avaliado após a ocupação do Residencial, para que possa ser estudado se há, de fato, a necessidade de aumentar o número de carros ou o número de viagens de cada um que já circula no bairro.

A população discorda e relata que o sistema de transporte público não está atendendo de forma satisfatória a demanda da comunidade, tendo feito vários protestos para obter melhorias, devido à condição precária de funcionamento referente aos horários e a frota. O mesmo ocorreu no CH Colinas de Gramame, que divide o entorno com o Residencial Colinas de Gramame.

Quanto a coleta de lixo, o serviço é oferecido três vezes por semana em dias alternados, atendendo a necessidade da comunidade local. (Porém quando todos as unidades tanto do CH Colinas de Gramame como do Colinas de Gramame, estiverem ocupadas este aspecto deverá obrigatoriamente ser revisado. Por isso a importância de mobilizações institucionais da SEMNHAB junto às instancias públicas do entorno.

Acerca da mobilidade urbana, as empresas de ônibus responsáveis pelo serviço à comunidade são: Viação Santa Maria e São Jorge, com as linhas de ônibus: 103 e 113 – Gramame, 116 e 2501 Colinas do Sul e 1009. Boa Esperança/Colinas do Sul II.

### **Segurança**

No tocante aos equipamentos voltados para a área da Segurança, foram observados os serviços das Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas - ROTAM, localizado na Rua das Rosas S/N, Padre Ibiapina, que funciona como extensão do 5º batalhão, tendo como coordenador o Sargento Evandro. A ROTAM conta com o efetivo de 12 homens, sendo 10 profissionais fazendo ronda com motos no bairro e 02 ficam na base - espaço físico. O serviço disponibiliza de uma viatura de patrulhamento na área para dar suporte nas ocorrências. Os registros das ocorrências são prestados da 8ª Delegacia Distrital, localizado na Avenida Parque Industrial, S/N, Distrito Industrial, que funciona de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00h, e via CIOPE, através do disque denúncia (190). Observamos ainda, de acordo com a ROTAM e alguns moradores da comunidade, uma maior incidência da violência e criminalidade no entorno do residencial, tendo em vista o aumento significativo nos números de assaltos a mão armada, tráfico de drogas e furtos.

### **Organização Comunitária**

Nas proximidades do Residencial, opera uma entidade denominada Associação dos Moradores do Colinas do Sul, presente na comunidade há 30 anos e situada na Rua José Ailton Pessoa Gonçalves, a uma distância aproximada de 280m do empreendimento.

A equipe administrativa é composta por um presidente, um tesoureiro, 1º secretário e um assistente social. De acordo com o presidente da associação, o espaço não se encontra em funcionamento devido à falta de recursos financeiros que remete a inadimplência dos associados, bem como, estrutura física deficitária, necessitando de reformas para o seu pleno funcionamento.

## 2.2 Descrição do empreendimento

O empreendimento está em fase final de construção devendo ser entregue em Junho de 2017.

O Residencial Colinas de Gramame oferece um total de 432 unidades habitacionais, sendo 404 unidades habitacionais convencionais; 14 unidades habitacionais para Portadores de Necessidades Especiais – PNE, e 14 unidades habitacionais adaptadas para idosos.

As 432 unidades foram organizadas em dois condomínios, denominados Condomínio 6, com 192 unidades habitacionais e Condomínio 7 com 192 unidades habitacionais.

### **Condomínio 6:**

O Condomínio 6 está em 8 blocos da seguinte maneira: 6 blocos com 32 apartamentos cada totalizando 192 apartamentos + 2 blocos com 24 apartamentos cada totalizando 48 apartamentos, chegando a um total de 240 apartamentos, conforme ilustra a figura a seguir.



Figura 1 Condomínio 6 – Distribuição por Blocos

### **Condomínio 7**

O Condomínio Sete está estruturado em 6 blocos com 32 apartamentos cada totalizando 192 apartamentos, conforme ilustra a figura a seguir.



Figura 2 Condomínio 7– Distribuição por Blocos

Todas as unidades habitacionais possuem a mesma área construída (43,25 m<sup>2</sup>), compreendendo uma sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, banheiro social e dois quartos, conforme planta a seguir.



Figura 3 Planta Baixa do apartamento do Colinas de Gramame

O empreendimento está em fase final de construção devendo ser entregue em Junho de 2017.



Foto 1 Vista Geral Condomínio 6



Foto 2 Vista Geral Condomínio 7

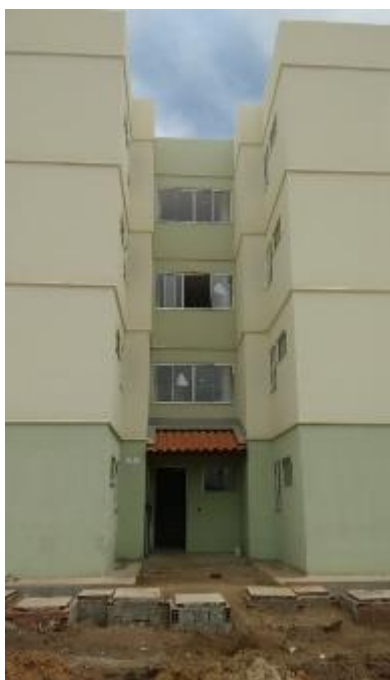


Foto 3 Entrada de um Bloco no  
Condomínio 6

Todas as unidades habitacionais possuem a mesma área construída (43,25 m²), compreendendo uma sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, banheiro social e dois quartos.



Foto 5 Escada de Entrada



Foto 4 Apartamento padrão em acabamento

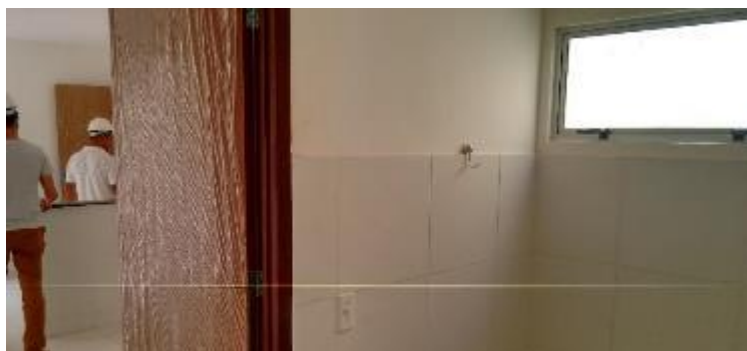


Foto 6 apartamento padrão em acabamento

## 2.3 Formação da Demanda

Em consonância aos critérios estabelecidos, o Residencial Colinas de Gramame atende demandas de pessoas que se inscrevem no cadastro da SEMHAB e se candidatam a uma unidade habitacional produzida através do MCMV, e demandas definidas pelo Ministério Público/Defesa Civil de João Pessoa, para atendimento de população em situação de risco.

Para os condomínios VI e VII a demanda está em fase de conclusão da formação.

Até o momento estão definidos a ida para apartamentos do Condomínio Sete, 49 famílias da Ocupação Ricardo Brindeiro, e o perfil socioeconômico descrito no próximo capítulo refere-se à demanda indicada pelo Ministério Público de João Pessoa.



## 2.4 Perfil Sócio Econômico dos beneficiários.

Conforme anteriormente dito o CH Colinas de Gramame atenderá 192 pessoas distribuídas em 49 famílias oriundas de situação de risco, originárias da localidade Ricardo Brindeiro e as demais unidades serão ocupadas por demanda espontânea, formada por pessoas que se inscreveram livremente no cadastro da SEMNHAB para aceder à uma unidade habitacional através do PMCMV, e esta demanda está em formação.

### 2.4.1 Ocupação Ricardo Brindeiro

*“Em julho de 2016 a Secretaria Municipal de Habitação Social - SEMNHAB, recebe, via Ministério Público, a demanda referente à Ocupação Ricardo Brindeiro, localizada no bairro Colinas do Sul na cidade de João Pessoa.*

*De acordo com relatos dos próprios ocupantes, aproximadamente 52 famílias reuniram-se com a representante da Associação do Colinas do Sul “Dona Zefinha”, e decidiram invadir uma fábrica de coco desativada, localizada no bairro. Esta ocupação aconteceu em meados de maio de 2016 e até hoje os moradores da ocupação estão organizados coletivamente, representados por três lideranças (Maria Aparecida, Luciene dos Santos e Maria das Dores). Como não estavam inscritos no cadastro SEMNHAB, mas sendo enviadas por determinação do Ministério Público, conseguiram prioridade na obtenção de moradia, conforme rege Portaria do Ministério das Cidades descrita no segundo capítulo deste documento. As famílias que compõem o grupo são em maioria formada por pessoas em situações diferentes e nas mais diversas circunstâncias. Pessoas desempregadas ou que atuam no mercado informal de trabalho como recicladores, diaristas, pedreiros, caracterizam o grupo, onde o sustento da família é também compartilhado com o coletivo. Ainda segundo relatos, os ocupantes repartem entre si os alimentos entre outros insumos básicos, pois, muitos não têm condições de se manter, sendo este o perfil de coletividade.”<sup>4</sup>*



Foto 8 Reunião com Ministério Público/SEMNHAB na ocupação Ricardo Brindeiro



Foto 7 Reunião com Ministério Público/SEMNHAB na ocupação Ricardo Brindeiro

<sup>4</sup> Texto incluído pela SEMNHAB na versão anterior deste PERR.



Foto 10 Fabrica/Galpão abandonada onde vive população Ricardo Brindeiro



Foto 9 Visita Da SEMNHAB para cadastramento

Foto 11 Fabrica abandonada, invadida , onde vive população Ricardo Brindeiro



Foto 12 Reunião informativa para cadastramento população Ricardo Brindeiro



A população da ocupação Ricardo Brindeiro é composta por 49 grupos familiar e de pessoas sozinhas, das quais 59% são mulheres (tabela 2). Verificando o estado civil, 63% dos casos declaram ser solteiro, 23% afirmaram ter união estável e uma minoria declarou ser casado (tabela 1). Isso torna mais compreensível a composição familiar registrada no cadastro que aponta 43% dos 49 casos formados por uma pessoa. (tabela 3).

Tabela 2 Gênero dos Chefes de Família

Genero	Nº	%
Feminino	29	59%
Masculino	20	41%
Total	49	100%
Fonte SEMNHAB		

Tabela 1 estado Civil dos Chefes de Família

Estado Civil	Nº Familias	
Solteiro	31	63%
Casado	3	6%
Divorciado	3	6%
União etavel	11	23%
Viuvo	1	2%
Total	49	100%
Fonte SEMNHAB		

Tabela 3 Quantidade de Pessoas por caso

COMPOSIÇÃO FAMILIAR	Nº	%
01 PESSOA	21	43%
02 A 03 PESSOAS	22	45%
04 A 06 PESSOAS	6	12%
07 A 10 PESSOAS	0	0%
Total	49	100%
Fonte SEMNHAB		

Referente às faixa etárias dos chefes de família, os dados fornecidos pela SEMNHAB pelo cadastro realizado não fornecem esta variável.

Com relação à escolaridade, o perfil é muito semelhante aos demais pessoas beneficiadas nos outros CHs oferecidos como contrapartida para os quais foram elaborados PERRs, reproduzindo a situação dominante no país: cerca de 6% dos chefes de família são analfabetos. Os que conseguem estudar alcançam o ensino fundamental, mas mesmo assim abandonam os estudos alargando as estatísticas da categoria denominada “fundamental incompleto”, (70%), conforme dados da tabela a seguir.

Tabela 4 Escolaridade dos Chefes de Família

ESCOLARIDADE	Nº	%
ANALFABETO	3	6%
FUND.COMPLETO		0
FUND. INCOMPLETO	34	70%
ENS. MÉDIO COMPLETO	7	14%
ENS. MÉDIO INCOMPLETO	5	10%
SUPERIOR COMPLETO		0
SUPERIOR INCOMPLETO		0
Total	49	100%
Fonte SEMNHAB		

A situação escolar influencia a renda familiar, com 55% dos 49 casos declarando auferir menos de um salário mínimo e 3% até um salário mínimo, conforme dados da tabela a seguir.

Tabela 5 Renda Familiar

RENDA FAMILIAR	Nº	%
MENOS DE 1 SAL. MÍNIMO	27	55,1
1 SAL. MÍNIMO	15	30,61
1 A 2 SAL. MÍNIMO	7	14,29
2 A 3 SAL. MÍNIMO		0
Total	49	100%
Fonte SEMNHAB		

As características socioeconômicas dos beneficiários das outras unidades do CH Colinas de Gramame está sendo processada com base nos dados do cadastro da SEMNHAB.

## 2.5 Trabalho Técnico Social (TTS) no Residencial Colinas de Gramame

O TTS Urbanização, da Comunidade Residencial Colinas de Gramame está sendo desenvolvido de forma integrada ao projeto de intervenção física, e partindo da caracterização da população beneficiária sob o monitoramento da CAIXA que avalia cada etapa de execução do TTS mediante a apresentação de relatórios sociais.

Operacionalmente o TTS do Colinas de Gramame é organizado em três documentos básicos, correspondentes cada um deles a uma fase do ciclo do empreendimento, sendo eles : PROJETO DE TRABALHO SOCIAL PRELIMINAR (PTS-P)-O PTS-P é o documento pré obras, contendo a caracterização da área de intervenção, bem como da população beneficiária, da intervenção física e os objetivos do Trabalho Social, visando viabilizar a assinatura do instrumento de repasse/financiamento e subsidiar a elaboração do PTS. (ANEXO);PROJETO DE TRABALHO SOCIAL (PTS);O PTS é o documento que apresenta o diagnóstico da área de intervenção, os objetivos e metas do Trabalho Social e as ações a serem realizadas nas Fases de Obras e Pós-Obra. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL (PDST); O PDST é elaborado a partir da consolidação do Trabalho Social em campo, da mobilização comunitária e das articulações intersetoriais efetivadas, visando à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e à integração territorial dos beneficiários.

As macro atividades previstas e realizadas para o Trabalho Técnico Social do CH Colinas de Gramame são as seguintes:

### Etapa Pré Traslado

1. Cadastro de candidatos a beneficiários
2. Seleção e hierarquização da demanda
3. Diagnóstico socioeconômico da demanda
4. Caracterização da macro área
5. Formalização da demanda junto à CAIXA

As ações realizadas para atendimento a essas metas estabelecidas no PTS-P, estão registradas

### Etapa Pré Mudança

- (i) Formação da demanda para as 432 unidades habitacionais, envolvendo cadastramento das famílias em formulário próprio a fim de manter ativo quadro de beneficiários durante todo o projeto. As famílias beneficiarias oriundas da localidade Ricardo Brindeiro estão isentas de concorrer por uma unidade habitacional por terem sido indicadas pelo Ministério Público.
- (ii) Visitas domiciliares em área de origem dos beneficiários para realização do cadastro.

(iii) **Plantão de Atendimento nas dependências da SEMNHAB**



Foto 14 Visitas Domiciliares para cadastramento



Foto 13 Visitas Domiciliares para cadastramento



Foto 16 Plantão de atendimento na SEMNHAB



Foto 15 Plantão de atendimento na SEMNHAB

(iv) **Reuniões com Ministério Público realizadas em Ricardo Brindeiro**



Foto 17 Reuniões com Ministério Público realizadas em Ricardo Brindeiro



Foto 8 Reuniões com Ministério Público realizadas em Ricardo Brindeiro

- (v) Formação de comissão de acompanhamento de obras, visando manter a transparência do processo construtivo;
- (vi) Articulação institucional entre os diversos órgãos e entidades que atuam no entorno; Preparação para criação e gestão de condomínio e estas ações estão sendo realizadas por empresa especializada contratada pela CAIXA (Tem início antes do traslado e prossegue por doze meses após transferência das famílias para novas unidades habitacionais.
- (vii) Preparação do traslado das famílias da localidade Ricardo Brindeiro para o Residencial Colinas de Gramame.
- (viii) Preparação dos cursos e atividades para controle e elevação da renda familiar; de capacitação.
- (ix) Preparação dos cursos e atividades de educação ambiental e outros;

#### Etapa pós mudança

- (i) Instalação da equipe de atendimento SEMNHAB que permanecerá no local até um ano após o traslado das famílias. Atendimento diário das famílias.
- (ii) Inserção das famílias em equipamentos e serviços do entorno, inicialmente serviços de educação e saúde.
- (iii) Desenvolvimento de lideranças, com indicação de síndico;
- (iv) Início das ações de gestão condominial e patrimonial por empresa contratada pela CAIXA. Ações de recepção e início de adaptação das famílias;
- (v) Realização dos cursos e atividades para controle e elevação da renda familiar; de educação ambiental e outros que se configurem necessário.

## Capítulo 4 Sistema de Queixas e Reclamações

---

Nos empreendimentos habitacionais financiados pela CAIXA, usualmente as queixas e reclamações das pessoas deslocadas ocorrem em três instancias: (i) através de visitas domiciliares realizadas na fase Pré traslado, por ocasião da realização de pesquisas, cadastros e ações pra adaptação das famílias ao entorno; e (ii) no plantão social instalado nos empreendimentos na fase pós traslado, através do qual assistentes sociais acompanham adaptação e desenvolvimento das famílias até um ano após a chegada das mesmas no conjunto habitacional; (iii) através de empresa contratada para realizar trabalhos de gestão condominial e patrimonial, também no pós traslado.

No caso do Colinas de Gramame, as queixas e reclamações são feitas pela população durante as visitas realizadas, indicadas no capítulo anterior.

Não se pode afirmar que exista um sistema de queixas e reclamações nos moldes do Banco, merecendo o assunto recomendação de ajustes registradas no próximo capítulo deste documento.

## Capítulo 5 Envolvimento das partes interessadas e Consultas

---

O Banco tem três políticas de salvaguardas que incorporam requisitos explícitos para consulta, quais sejam (i) a Política de Conformidade Ambiental e Salvaguardas (OP-703) exige consultas no contexto dos Levantamentos de Impacto Ambiental (Environmental Impact Assessment, ou EIAs) com pelo menos duas consultas para todos os projetos de Categoria A e uma consulta para todos os projetos de Categoria B. A OP-703 recomenda que as consultas sejam precedidas por uma análise identificando as partes que têm interesse na questão e que podem ser afetadas por ela. (ii) Para projetos envolvendo relocação de população, a Política de Reassentamento Involuntário (OP-710) do Banco indica realização de consultas “com uma fatia representativa das comunidades deslocadas e anfitriãs durante a criação, execução e monitoramento do Plano de Reassentamento e Relocalização. (iii) A política de Povos Indígenas do Banco -765) prevê consultas adequadas do ponto de vista sociocultural e, esta OP não se aplica ao caso do Programa Desenvolvimento Sustentável de João Pessoa. As Diretrizes de Implementação para a OP-703 definem consulta como “diálogo construtivo entre as partes afetadas” e observam que: “Consultas profícuas...refletem que as partes envolvidas estão dispostas a se deixar influenciar em suas opiniões, atividades e planos...” Esta política requer consultas com as partes afetadas (“indivíduos, grupos de indivíduos ou comunidades com potencial de serem diretamente afetadas por uma operação financiada pelo Banco”) e afirma que outras partes interessadas que expressaram apoio ou dúvidas sobre um dado projeto também podem ser consultadas para a obtenção de uma gama mais ampla de especialidades e perspectivas. (IN: Diretrizes para Consultas e Engajamento de Partes Interessadas em Projetos do BID Unidade de Salvaguardas Ambientais (VPS/ESG, pág. 2)

A consulta é um dos meios para engajar as pessoas e comunidades (as partes interessadas) que podem ser afetadas pelo empreendimento, seja favorável ou desfavoravelmente, direta ou indiretamente, mesmo que tenham sido inscritas voluntariamente na SEMNHAB para aceder à uma unidade habitacional do MCMV.

As consultas realizadas de forma individual e/ou coletivas marcam o modelo de preparação e implantação de residenciais realizados com recursos do MCMV/PAC, exigidas por portarias ministeriais e praticadas em outros empreendimentos habitacionais em João Pessoa, a exemplo das consultas realizadas sobre os PERRs.

No caso da Consulta do PERR Colinas de Gramame, a preparação e realização do evento considerou as diretrizes e princípios estabelecidos pelo BID para a realização das consultas públicas identificando os grupos e setores que irão participar das consultas, os princípios gestores das mesmas, os locais previstos para sua realização, os mecanismos de divulgação e disponibilização de documentos pertinentes, a forma de registro e atendimento das demandas advindas das partes interessadas, e mecanismos de avaliação, abordados a seguir no item Plano de Consultas

## 5.1 Plano de Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas <sup>5</sup>

O Programa de Desenvolvimento Urbano Integral e Sustentável de João Pessoa é multisetorial, com de múltiplas obras, cujo objetivo geral é promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, econômica e de gestão municipal. Os objetivos específicos relacionados com as obras de infraestrutura são diminuir áreas de urbanização precária, reduzir o déficit habitacional e modernizar os instrumentos de planejamento urbano. Os demais objetivos são de caráter institucional e não têm implicações ambientais e sociais, como por exemplo, promover a capacitação para o trabalho, ampliar a geração de emprego por meio de alianças institucionais e com o setor privado, e modernizar a gestão/administração pública e fiscal.

Os projetos propostos incluem recuperação de áreas de várzeas, como no Complexo Beira Rio, remediação de áreas contaminadas, como no Lixão do Roger, e habitações populares do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Embora todas sejam obras que trarão grandes impactos positivos para a população afetada e para os bairros onde se inserem, implicam em remanejamento e /ou reassentamento de famílias, ações que devem ser realizadas em conformidade com as políticas de salvaguardas ambientais e sociais do Banco, para evitar impactos negativos significativos e permanentes. Os projetos da amostra são Conjuntos Habitacionais do PMCMV que a Prefeitura de Joao Pessoa está oferecendo como contrapartida.

Em termos sociais, os impactos positivos se refletem na provisão de moradias dignas e adequadas para as famílias beneficiárias do PMCMV e para aquelas originárias de moradias precárias e insalubres localizadas em áreas de risco ou áreas irregulares. Além disso, as famílias afetadas também se beneficiarão de novas oportunidades econômicas proporcionadas pelos projetos do Programa e pela revitalização econômica dos bairros beneficiados.

No entanto, durante a execução das obras deverão haver impactos negativos, ambientais e sociais, entre os quais os mais prováveis são: aumento da poluição atmosférica por poeiras e partículas; e possibilidade de contaminação do solo e do lençol freático por efluentes líquidos domésticos, e por eventuais derrames de lubrificantes e outros óleos; aumento de ruídos; aumento de tráfego de veículos pesados e consequentemente maiores riscos de acidentes entre veículos e pedestres; e riscos de acidentes de trabalho com operários, entre outros. Esses impactos serão temporários, reversíveis e passíveis de mitigação com medidas standards, as quais estarão consolidadas no Plano de Gestão Ambiental do Programa (PGAS) e no Plano de Controle Ambiental das Obras (PCAO), específicos para cada projeto. Além disso, haverá ainda um PGAS para o programa como um todo (Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS).

No caso dos Conjuntos Habitacionais oferecidos em contrapartida, as famílias beneficiadas serão em sua maioria aquelas que voluntariamente se inscreveram no Cadastro Único construído pela Secretaria Municipal da Habitação (SEMHAB-PMJP), em parceria com a Caixa Econômica Federal (PMCMV). Uma pequena parte das unidades habitacionais em cada conjunto é reservada para o reassentamento de famílias em situações de risco (áreas inundáveis, sujeitas a deslizamentos, vítimas de violência doméstica, entre outras) e são designadas pela Defesa Civil e/ou pelo Ministério Público. Os impactos negativos dos remanejamentos, ainda quando voluntários, podem incluir a perda das redes de apoio social, maiores dificuldades para acesso ao trabalho, a escolas, a serviços de saúde, etc... Para evitar e mitigar esses

---

<sup>5</sup> A consultora agradece a colaboração de Elizabeth Brito / ESG por suas orientações.



impactos, serão implementados um Plano Diretor de Reassentamento e Relocalização (PDRR) para o programa como um todo, e Planos Executivos de Reassentamento e Relocalização (PERRs) e programas de recomposição dos meios de vida, para cada Conjunto Habitacional, em conformidade com a OP-710 do Banco e os requerimentos do Trabalho Técnico Social (TTS) pós-ocupação estabelecidos no PMCMV.

- **OBJETIVO**

O presente Plano de Consultas visa estabelecer as diretrizes e princípios para a realização das consultas públicas referentes a cada um dos Conjuntos Habitacionais do PMCMV oferecidos como contrapartida pela Prefeitura de João Pessoa, identificando os grupos e setores que irão participar das consultas, os princípios gestores das mesmas, os locais previstos para sua realização, os mecanismos de divulgação e disponibilização de documentos pertinentes, a forma de registro e atendimento das demandas advindas das partes interessadas, e mecanismos de avaliação.

- **PRINCIPIOS**

Seguindo as guias e diretrizes do Banco, as consultas serão consistentes com os seguintes princípios:

O primeiro passo para um processo de consulta efetivo e representativo é a identificação dos diferentes grupos interessados e afetados pela proposta. No caso dos Conjuntos Habitacionais em pauta, entre as pessoas afetadas encontram-se não somente aqueles futuros moradores/beneficiários do PMCMV, além de lideranças comunitárias e do Orçamento Participativo.

Será assegurado as famílias e os representantes da comunidades envolvidos com o processo do reassentamento nos CHs oferecidos em contrapartida reflitam adequadamente os interesses das partes envolvidas.

- **Mecanismos e métodos**

Os mecanismos de participação e consulta devem ser concebidos para ser sócio culturalmente apropriados, de acordo com os diferentes grupos de interesse e devem permitir a plena expressão de opinião.

Para cada consulta haverá um profissional responsável pela elaboração da Ata da Reunião, com conhecimento dos projetos e capacidade para sistematizar as discussões e questões apresentadas pelos participantes e para tirar fotos do evento.

- **DIVULGACAO**

As pessoas serão convidadas uma semana antes da data de realização do evento através de redes sociais (watsap). O uso desse expediente está consagrado entre as pessoas já realocizadas para os CH e entre aquelas que ainda está por vir. O meio é também utilizado sistematicamente para comunicações entre a SEMHAB e os Beneficiários de Conjuntos Habitacionais.

Poderão ser disponibilizados no site da Secretaria de Habitação ([www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/habitacao](http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/habitacao)), do Município de Joao Pessoa, os seguintes documentos:

- **Os Relatórios das Consultas (Dossiê de Consulta)**

- Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização (PERR) para cada CH, quando estiver disponível sua versão final.

Ressalta-se que os documentos supracitados também estarão disponíveis em meio físico na SEMHAB.

- Continuidade no processo de participação

Embora este Plano tenha sido concebido como parte dos processos de análise ambiental e social do Projeto, o BID entende que a participação deve ser um envolvimento contínuo dos principais grupos de partes interessadas. Portanto, além da consulta pública, devem ser previstos outros mecanismos para permitir um diálogo constante entre as comunidades afetadas, o órgão responsável pelos Conjuntos Habitacionais, e o Banco, durante a execução do Programa.

Um dos mecanismos de consulta e participação que poderão ser utilizados são os mecanismos existentes na Caixa para a gestão de queixas e reclamações, especificamente os programas de “Ouvidoria” ([http://www1.caixa.gov.br/ouvidoria/defesa\\_consumidor.asp](http://www1.caixa.gov.br/ouvidoria/defesa_consumidor.asp)), “Fale Conosco” (<http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco/home/formulario/reclamacoes>), e o mais recente (criado em março de 2013), o programa “De Olho na Qualidade” (<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/de-olho-na-qualidade/Paginas/default.aspx>). A SEMNHAB também possui uma Ouvidoria ([http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/categoria/ouvidoria\\_demandas](http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/categoria/ouvidoria_demandas)).

Outros mecanismos poderão ser propostos para fornecer o contato direto das populações afetadas com o Banco e o Projeto, como, por exemplo, a participação ativa de alguns representantes dos moradores dos CH no sistema de monitoramento e acompanhamento do processo de mudança e pós-ocupação.

- PARTES INTERESSADAS

Entende-se que na primeira consulta deverá ser dada ênfase no envolvimento dos beneficiários os beneficiários e eventualmente lideranças do entorno vinculadas indiretamente ao processo de relocalização. Assim, os convites serão direcionados para cada um dos beneficiários e lideranças do entorno. Nos casos em que a população já tenha sido realocizadas ( CH Colinas de Gramame) serão envolvidas lideranças surgidas após a relocalização.

- ABRANGÊNCIA DA CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública será conduzida pelo técnicos da SEMHAB ( Caio Silva e Silva e Joelma Medeiros), contando com a presença da consultora do BID que auxiliará na preparação dos eventos.

Para cada CH haverá uma consulta específica, no bairro onde o mesmo será implantado.

- RECURSOS

Os recursos para realização do evento (espaço para reuniões, materiais, etc.), impressão de documentos, equipamento de áudio visual, divulgação de informações e trabalho de mídia, registro fotográfico dos eventos, entre outros.) serão de responsabilidade da SEMHAB.

## CALENDARIO DAS CONSULTAS

As Consultas com as Partes Afetadas ocorrerão segundo o calendário abaixo:

Conjunto Habitacional Colinas de Gramame	15/03/2017	Local CEO do Bairro Colinas de Gramame	Hora: das 9 ao meio dia
---	------------	---	----------------------------

- REGISTROS

As consultas serão transmitidas no local por meio de equipamentos de áudio visual e haverá o devido registro fotográfico das mesmas.

As exposições, manifestações, questionamentos e sugestões durante as consultas públicas serão registradas com os nomes, telefone, e e-mail dos participantes, para que posteriormente a equipe da SEMHAB ( Caio Silva e Silva e Joelma Medeiros), que foram expositores das consultas atendam no que for pertinente, comunicando resposta aos manifestantes. Sempre que possível este feed back deverá ser dado na própria reunião. Salvo aqueles que para serem fornecidos dependem de decisões superiores não presentes no evento.

## 5.2 Registros Consulta PERR Colinas de Gramame

- Partes Interessadas Convidadas

Foram convidadas e compareceram ao evento cento e cinco pessoas, entre elas: beneficiários do CH Colinas de Gramame, em específico pessoas ainda residindo na localidade Ricardo Brindeiro e nos demais bairros de João Pessoa.; lideranças comunitárias tanto das pessoas como do entrono.

- Meios de Divulgação

Os convites foram feitos através de watsap, dias antes da consulta e reforçado na véspera do evento pela SEMHAB, que utiliza com sucesso esse meio de comunicação para mobilizar população beneficiaria dos PMCMV.

- Local da Consulta: Centro de Esportes e Artes Unificado – CEU, localizado na Avenida perimetral sul, sem número, bairro Colinas do Sul.

Na sequência foram organizados os componentes horários, local, bem como a Pauta do evento, e essa preparação pode ser observada no quadro a seguir.

Quadro 4 Preparação da Consulta do PERR Colinas de Gramame.

Conjunto Habitacional	Data da	Local	Formato e Pauta	Expositores
Conjunto Habitacional Colinas de Gramame	15 de Março 2017	C.E.U no Bairro de Gramame	Evento Presencial. Pauta : 1- Explicações da Natureza do Evento; ( consulta) 2- Retrospectiva das ações do processo de realocização até a data atual;( expositor) 3- Explicações das ações futuras no pós traslado . 4. Manifestações dos participantes; perguntas e respostas). 4- Encerramento.	SEMNHAB ( Joelma. Assessorada pelas tres assistentes sociais que desenvolvem trabalho de ações pós traslado no Residencial Vista Alegre). Apoio : Marilia Scombatti e membros da UPP

Os convites foram feitos através de watsap, dias antes da consulta e reforçado na véspera do evento pela SEMHAB, que utiliza com sucesso esse meio de comunicação para mobilizar população beneficiaria dos MCMV.

Foram convidadas e compareceram ao evento cento e trinta e nove pessoas (ver lista de presença no Anexo 1, Dossiê de Consulta Colinas de Gramame) entre elas: beneficiários moradores da localidade Ricardo, beneficiados por ordem do Ministério Público que ocuparão o bloco seis; moradores de vários bairros de JP inscritos espontaneamente no MCMV que foram sorteadas para o Bloco sete, lideranças do entorno e membros da Prefeitura Municipal de João pessoa.

Apesar das provocações do apresentador (Joelma Medeiros) incentivando para que os presentes indicassem aspectos desfavoráveis do processo vivido até o momento, a totalidade das manifestações foram de agradecimento, conforme pode ser observado no Dossiê de Consulta, incluído a seguir.

### ATA DA CONSULTA PÚBLICA

Ao décimo quinto dia do mês de março do ano de dois mil e dezessete, deu-se início a Consulta Pública junto aos beneficiários do Residencial Colinas de Gramame, evento ocorrido no Centro de Esportes e Artes Unificado, localizado na Avenida Perimetral Sul, sem número, bairro Colinas do Sul. Joelma Medeiros, funcionária da Secretaria de Habitação, iniciou a Consulta enfatizando a importância dessa etapa do processo, uma vez que, através do evento, a real situação dos beneficiários seria exposta, e o trabalho social poderia se empenhar mais para sanar possíveis problemas. Feita essa breve introdução, Joelma ressaltou, mais uma vez, a importância da participação de todos, explicando para o público que o trabalho, sendo feito em conjunto, é sempre mais eficiente. Então, prosseguiu com uma fala para instigar o público a participar, indo à frente, pegando o microfone e relatando a história de cada um. Assim, reforçou que o objetivo da Consulta era, exatamente, escutar o que cada um tinha para falar, seja da realidade atual, seja da expectativa que cada um tinha em torno do recebimento da sua habitação e futuro trabalho a ser desenvolvido pela equipe do serviço social. Desse modo, seguimos para a etapa seguinte do processo, de extrema importância, com ampla participação do público alvo.

A primeira fala foi da beneficiária **Maria Aparecida de Andrade** que, bastante emocionada, relatou que sua única renda era a advinda do Programa Bolsa Família. Em seguida, disse que sua situação era muito difícil, por ter uma filha sem pai. Assim, ainda mais emocionada, disse para todos que seu único sonho era ter a sua casa, onde poderia morar em paz com sua filha. Uma fala breve, porém, muito forte no quesito emoção.

Na sequência, Joelma agradeceu a importante participação de Maria e passou o microfone para a próxima participante que pediu fala, chamada **Natália Silva**. Natália, assim como Maria, iniciou seu relato com sentimento. Relatou para todos ali presente que morava de favor, pois a situação da sua família estava precária, já que seu marido estava desempregado. Ela expôs que a única renda era a do Programa Bolsa Família, constituindo um montante muito inferior para sustentar o casal e o filho. Falou que seu maior sonho era ter a sua casa, para dar uma vida melhor ao seu filho. Joelma mais uma vez, agradeceu a participação da beneficiária, se mostrando bastante solidária à situação relatada. Em seguida, incentivou o público a participar mais, resultando na próxima fala, da beneficiária **Suênia Gonçalves dos Santos**. Suênia iniciou sua fala relatando que o sonho de toda mulher, mãe, é ter a sua casa. Ela, então, falou para todos que, antes de ir para Ricardo Brindeiro, morou por muito tempo em um quartinho, com seus dois filhos. Dito isso, ela repetiu que o sonho de toda mulher com filhos é ter um lar para abrigá-los. Também muito emocionada, externou sua alegria em ser contemplada pelo Programa, falando que não estava cabendo de tanta felicidade com a notícia dada. Joelma, então, agradeceu a sua fala e abriu o microfone para **Jacilene Souza Medeiros**. Jacilene falou que mora na Comunidade São Lucas, no Cristo. Disse que morava na casa da sua sogra, com o marido e os três filhos do casal. Todavia, enfatizou que todos eles dormiam no chão da sala dessa casa. Disse, também, que estava ansiosa atrás de emprego. Ressaltou que estava tentando achar uma faxina em casa de família, em qualquer canto, na verdade, qualquer emprego. Então, se manifestou dizendo que estava tudo muito difícil, pois não encontrava nada para trabalhar. Finalizou sua fala enfatizando que estava ansiosa a espera desse apartamento e, com muita emoção, falou que tinha certeza que

seu sonho da casa própria iria chegar, pois ela tinha muita fé e estava tudo entregue nas mãos de Deus. Posteriormente, Joelma entrevistou para deixar claro que o Programa chegou justamente para atender a essas pessoas, dentro das condições ora citadas. Assim, voltou-se para o público e disse que eles todos tinham legitimidade para tornarem-se beneficiários do referido Programa. Em seguida, mais uma vez, Joelma incentivou por mais participação, fazendo com que mais uma beneficiária se levantasse e caminhasse para frente do público. Seu nome **Rusinete Soares**. A beneficiária iniciou sua fala ressaltando que também morava de aluguel. Em seguida, relatou que morava sozinha, ao passo que sua família morava próximo a Sapé. Detalhou sua realidade falando que decidiu vir morar em João Pessoa sozinha, passando a morar com a sua tia. Adentrando mais ainda na sua realidade, relatou para todos que era portadora de uma deficiência física, por ter sofrido um acidente há 12 anos. Em seguida, mostrou-se bastante indignada com as pessoas que são contempladas com o Programa e, em seguida, vendem a sua casa. A beneficiária, ressaltou que todos ali presentes estão em busca de um sonho, muitas vezes, do maior sonho das suas vidas. Então, causou reflexão nos participantes ao chamar atenção para o fato de que uma pessoa, beneficiária do programa, ou seja, que não tinha onde morar, não poderia, jamais, vender a sua casa. Ora, como iriam vender se não têm onde morar! Dando sequência a sua fala, relatou que era estudante de Direito e que pagava trezentos reais de aluguel. Entretanto, deixou claro que o fato de ser estudante de Direito não a tornava diferente de todos ali presente. Em seguida, tocou em pontos referentes à sua condição de saúde. Desse modo, enfatizou que um dos seus medicamentos custava, isoladamente, um mil e duzentos reais. Assim, chamou a atenção para o fato de que esse valor era referente a apenas um dos medicamentos. Devido ao acidente, ela necessitava tomar uma quantidade significativa de medicamentos. Por conseguinte, ressaltou que o governo vinha bancando os seus medicamentos, uma vez que ela não tinha a menor condição de custeá-los. Rusinete encerrou sua fala dando o seguinte recado aos participantes: não vendam as casas de vocês por dinheiro algum! Conheço pessoas que compraram casas desse Programa por oito mil reais. Ora, se eu tivesse oito mil reais eu não estaria nessa fila de espera por tanto tempo. Eu espero por essa casa faz muito tempo. Desse modo, jamais venderia minha casa por esse valor. Oito mil reais não compram os meus doze anos de espera. Ao fim do recado, Rusinete foi bastante aplaudida por todos ali presente. Diante da fala da Rusinete, Joelma entrevistou para explicar a importância de o trabalho social ser contínuo, tendo iniciado na etapa anterior, e se prolongando durante todo o processo de espera. Inclusive, explicou que o trabalho seria estendido para o período pós entrega da habitação. Em seguida intervenção, Joelma abre o microfone para manifestação pedida por **Vanessa Veríssimo**, mais uma beneficiária do Programa, inicia sua fala agradecendo a Deus por estar na lista de beneficiários. Relatou que estava no trabalho quando recebeu a ligação informando que ela havia sido contemplada. Contou que começou a chorar ali mesmo, no ambiente de trabalho. Disse que, pelo fato de pagar aluguel e as demais obrigações, muitas vezes não sobrava nada para comprar alimentação para os filhos, o que a deixava bastante triste. Assim, expôs que só tinha a agradecer ao ser contemplada, dando a oportunidade de falar: eu tenho uma casa. Do mesmo modo, meus filhos também poderão falar: temos um lar! Na sequência, Joelma abre a fala para mais uma beneficiária. É aí que **Ivanda Tomás da Silva** inicia seu relato dizendo como era difícil externar o tamanho da sua felicidade ao ser contemplada. Ivanda seguiu, muito emocionada, falando que quase desmaia ao receber a notícia, e que não sabia nem o que dizer a respeito de tamanha felicidade. Assim, expressou: Graças a Deus terei a minha casa! Então, começou a detalhar que morava com a sua mãe, num

terreno de ocupação. Aproveitou para dizer que, caso retirem a sua mãe da ocupação, vai levá-la junto para a nova casa. Finalizou ressaltando que só tem a agradecer. A fala de Ivanda foi seguida pela fala de mais uma beneficiária, chamada **Uisla Cristian**. Uisla ressaltou que morava em Mangabeira Oito, com seus dois filhos pequenos. Em seguida, agradeceu a Deus por tudo que tinha acontecido na vida dela, principalmente, por ter sido contemplada. Então, chamou a atenção para o fato de que se é muito difícil para um adulto entender a falta de um lar, a dificuldade que esse cenário gera, imaginem para uma criança. Prossegue falando que os filhos, ao chegarem da creche, brincam num chão sujo. Então, a contemplação veio para trazer alegria. Que ela só tinha a agradecer, principalmente pelos filhos. Finalizou dizendo que tudo que ela quer é para dar condições aos filhos. Em seguida, Joelma resalta a importância de conhecer mais de perto essa realidade ali exposta. Nesse contexto, ela disse que as informações acerca da realidade de cada um que eles tinham eram as passadas no momento do preenchimento do formulário. Então, esse acompanhamento, através da Consulta, era de extrema importância, justamente para saber se a realidade previamente descrita no momento do cadastro condizia com a que estava sendo relatada naquele momento. Aproveitou para registrar que, no município de João Pessoa, apenas 10% das habitações eram ocupadas por moradores diferentes do que constava no cadastro inicial. Ou seja, essas pessoas venderam suas casas. Aqui, ela aproveita para insistir e instruir os beneficiários a não venderem, alugarem, trocarem as suas casas. Que eles devem morar nas casas. Assim, a pessoa com o nome no cadastro deve ser, exatamente, a que vai residir; que vai fazer uso da política de habitação. Reforçou, então, que essa conversa será mantida durante as demais reuniões, para uma maior conscientização por parte dos beneficiários. Aproveitou para ressaltar que todos os beneficiários do Programa, aqui em João Pessoa, terão seus nomes num cadastro nacional. Ou seja, caso alguém queira mudar de vida, indo morar em São Paulo, e pense em adquirir uma casa fazendo uso do Programa lá, essa pessoa não vai conseguir, justamente pelo fato de que o nome, já estando no cadastro, geraria um choque e impossibilitaria uma nova aquisição. Joelma, então, dá sequência a sua fala explicando que todos ali foram contemplados por estarem numa moradia em situação de risco ou vulnerabilidade. Assim, precisam entender que estão firmando um compromisso, e que, parte dele, é justamente não fazer uso do imóvel que não para própria moradia. Assim, reforça, mais uma vez, que o beneficiário, junto a sua família, precisa residir no imóvel. Expõe, ainda, que terá um plantão social trinta dias após a entrega das casas, no qual a equipe visitará cada umas das casas para saber, para ter a confirmação, de que o beneficiário cadastrado é quem está a residir na moradia. Por fim, nesse momento, resalta que a equipe irá sempre passar para os beneficiários como serão essas etapas futuras. Joelma prossegue relembrando que a Consulta tem o objetivo de escutar a população, de saber qual a realidade nessa fase específica de espera e, mais que isso, saber da expectativa que cada um tem para o futuro. Explica a necessidade de saber como os beneficiários estão encarando esse momento e pensando a respeito do momento posterior, da entrega das chaves. Então, lança a reflexão para o público: “como vocês imaginam que será uma vez habitando a sua casa nova?”. Vai ainda além, perguntando: “Quem de vocês sairá de uma casa para um apartamento?”. Sobre esse ponto, em específico, chama atenção para o fato de que é uma mudança que exige adaptação, que exige atenção a outras normas. Segue dizendo que sair de uma ocupação para um apartamento também é bem diferente. Por fim, antes de reabrir o microfone para os beneficiários, resalta um ponto de grande relevância para esse momento de transição, ao instruir o público de que algumas taxas serão cobradas quando em posse da nova casa. Explicou que terá taxa de esgoto, de lixo, de



condomínio, etc. Chamou atenção para o fato de que, antes, eles não pagavam essas taxas e, assim, ressaltou que eles irão precisar assumir esse compromisso, honrando com essas taxas. Assim, lançou mais um questionamento, instigando o público a falar sobre como estão pensando e como imaginam esse novo momento, a nova realidade que está por vir. “Quem gostaria de usar a palavra?”, pergunta Joelma. **Rusinete Soares** participa mais uma vez da Consulta, falando para o pessoal presente que espera ansiosa pela casa tanto porque gosta de fazer novas amizades, desde a pessoa do zelador até o gerente, quanto porque tem em mente deixar o apartamento como uma boneca. Arrumando ele todinho! Deixando Lindo! Então, reporta, mais uma vez, para suas condições físicas pós-acidente, ressaltando que não tem a mesma liberdade que os demais beneficiários ali presente. Contou ao pessoal que suas limitações dificultam a limpeza de uma casa, a lavagem de uma roupa, justamente pelo fato de só tem mobilidade em um dos seus braços. Aqui, ela enfatiza o quão difícil foi para ela enfrentar a realidade do acidente. Mas que, mesmo com essas adversidades, irá cuidar muito bem da sua casa, quando receber, pois ele virá depois de muita luta. Aproveitou para tocar mais uma vez no ponto de que ninguém deve vender a casa, depois de tanta luta para conquistá-la. Disse, mais uma vez, que quer deixar o apartamento como uma boneca e que, para isso, precisará pedir ajuda aos vizinhos e amigos. Que, hoje, ela estuda, mas pede ajuda a amiga para lavar sua roupa na casa dela. Finalizando passando para o público uma questão que a deixa bastante triste. Disse que muita gente já questionou quando ela pega uma ficha preferencial. Que, até no fórum, lugar que todos deveriam ter melhor consciência dos deveres e direitos, eles questionam isso. Ela disse que já teve que perguntar para as pessoas: “Vocês não estão vendo não que sou portadora de deficiência?”. Também, pensam que sou inútil, ela disse. Por causa da minha deficiência, acham que não sei fazer nada. Encerra falando que as pessoas deficientes não são inúteis. Ao fim da fala de Rusinete, Joelma aproveita a situação relatava para expor um fator importante, de caráter social, do Programa. Joelma fala para o público que três por cento das moradias do Programa são destinadas a pessoas com deficiência, e outros três por cento para idosos. Segue com a Consulta convidando mais um beneficiário para falar. Dessa vez, **Dona Maria dos Anjos Pereira de Lima** é quem se pronuncia, contando para todos que mora na casa dos outros, com seus seis filhos. Emocionada, fala que está muito feliz em ganhar esse apartamento. Então, contou que, quando sua filha era viva, ela recebia benefícios e morava de aluguel. Depois disso, quando perdeu o auxílio, uma patroa dela deixou que ela morasse com ela, enquanto esperava o recebimento do apartamento. Dona Maria conta que essa patroa sugeriu que, quando ela recebesse o apartamento, ela poderia vendê-lo e continuar a morar na casa dela. Foi aí que Dona Maria disse: “Eu não vendo de jeito nenhum. Na cama, quando deitado para dormir, todo dia, meu sonho é ver meu filho dormindo numa casa boa, sem goteira”. Continuou falando sobre as cartinhas que os filhos trazem da escola, com desenhos da família numa casa. Prossegue falando, mais uma vez, da sua felicidade em ser contemplada, pois não aguenta mais morar na casa dos outros, de favor. Finaliza dizendo que tem muita fé e que irá conseguir. Que, se chegou até essa fase, é porque Deus sabe o que ela fez e o que ela merece. Em seguida, Joelma agradece a fala e passa a palavra para **Viviane Marino Correia**, que se apresenta como moradora do Acampamento Ricardo Brindeiro e que sua fala vai ser em nome das mulheres. Desse modo, ressalta que as mulheres do acampamento sabem da espera que estão passando para, enfim, chegar o dia do recebimento da casa. Relata que, no dia anterior, estava a conversar com outras mulheres e a refletir que cada dia que passa é um dia a menos de espera. Então, diz que todas

querem morar no apartamento, justamente para que os filhos morem em um lugar agradável. Segue falando que, nesse tempo de chuva – a manhã inteira foi de muita chuva – a moradia é horrível. O que se tem é todo mundo se molhando e muito mosquito. Fala, ainda, que dia de chuva é um monte de água para todo lado, alagando tudo; criança sendo molhada e outras coisas mais. Então, finaliza falando que o sonho de todas as mulheres do acampamento é ter a casa nova, o acompanhamento da prefeitura para oferecer saúde, educação, para contar com a prefeitura e ter escola para levar as crianças. Ter acompanhamento de um posto de saúde que funcione, pois a realidade atual está sendo difícil para todas elas. Fala que o sonho é, quando todas estiverem nos seus devidos lugares, vão ter acesso a tudo isso. Encerra falando que não só as mulheres, que são as que mais sofrem, mas todo mundo do acampamento. Que todos valorizam muito tudo isso, pois a espera foi de muita luta. Mas que todos irão conseguir a vitória. Ao fim da fala, Joelma retoma o microfone e lança mais uma reflexão, agora, em torno do trabalho social desenvolvido. Assim, pergunta aos beneficiários o que eles acham do trabalho social; o que eles acham que a equipe da Secretaria de Habitação de João Pessoa, que já visitaram eles antes, vai fazer quando cada um estiver na sua casa. Antes de abrir para as respostas, ressaltou que uma Comissão de Moradores iria ser criada, tão logo fossem transferidos para o local. Então, enfatizou a necessidade de que o público participasse, falando suas experiências e expectativas. Falando da importância deles terem direito a voz. Então, prosseguiu perguntando quem gostaria de falar sobre o trabalho social desenvolvido, das várias reuniões que já tiveram, da visita com eles ao Ministério Público. Antes de abrir as falas, um dos beneficiários falou, da cadeira que estava sentado mesmo, sem microfones: “Eu queria conhecer os apartamentos. Ainda não conheço!” Então, Joelma respondeu que eles vão conhecer. Que não se preocupassem. Na sequência, Joelma passa o microfone para a fala de **Paula Marinho**. Paula inicia falando que é operadora de telemarketing e morava com seus três filhos numa casa atrás do Ginásio do evento. Ela falou que a casa era do pai dela, mas que, sim, ela pagava aluguel. Ela explica que, na verdade, a casa é da avó dela. Então, explicou que, como a avó mora com o pai e a mãe dela em outra casa, que pagam aluguel, ela precisa pagar o aluguel dessa casa que ela mora para que eles consigam pagar o aluguel da que eles moram (muito choro). Então, Paula seguiu, após se acalmar um pouco, falando que, como precisa pagar o aluguel, muitas vezes não sobra quase nada para ela comprar a feira dos filhos, um com nove anos, outro com seis e outro com quatro. Segue falando que, quem é mãe, sabe a importância de ter uma casa para seus filhos. Então, seguiu falando que os filhos dela falam direto coisas do tipo: “mãe, quando vou poder ter o meu quarto?”. Ele segue falando, muito emocionada, que hoje eles dormem no chão. Que, na verdade, todos dormem no chão. Segue falando que o trabalho social desenvolvido é muito importante. Foi além falando que muita gente gosta de dizer: “Ah! Mas eles são pagos para isso!”. Mas aí ela coloca que eles fizeram uma escolha, a escolha de trabalhar com o serviço social. Desse modo, eles estão ali por escolha. Paula dá sequência a sua fala relatando que o seu trabalho, com telemarketing, também é duro. Disse que fica sentada por umas seis horas, com um fone de ouvido, o tempo todo escutando reclamações e, até, levando nomes. Prossegue relatando que já teve depressão por causa do emprego, mas que teve que continuar, pois não tinha outra opção. Enfatizou que precisa trabalhar por causa dos filhos. Então, seguiu falando que, semana passada, não tinha nada para comer em casa. Que sua sorte era que, no trabalho, davam pão e suco; e que os filhos ficam o dia na casa da mãe e comem lá. Então, seguiu contando um episódio que emocionou a todos: falou que, um dia, teve que dividir um Miojo para duas crianças. Disse,

ainda, que eles comem bem, graças a Deus. Então, eles falavam: “Ou mãe, só tem isso? Eu quero mais!”. Ela segue falando que não pode pegar o que é do outro. Roubar. Ou seja, tinha que aguentar. Paula, então, fala que, quando a moça da habitação ligou para ela, ela ficou muito emocionada, pois tinha passado a noite anterior orando, pedindo para sair daquela situação. Então, Paula disse que a moça pedia para que ela tivesse calma, e falava para ela que a oração dela tinha sido atendida, que Deus tinha respondido à sua oração. Que o dia dela tinha chegado, o dia da vitória. Paula ainda mostrou-se solidária aos outros presentes, falando que nunca tinha morado em habitação de ocupação, mas que sabia o que eles passavam, por já ter acompanhado algumas situações. Ela falou que já tinha orado muito por pessoas que estavam em habitações assim, de ocupação. Ocupações de invasão, que aparecia até cobras. Então, ela falou que o poder da oração é forte, e que acreditava no nesse poder. Prosseguiu falando que já escutou muita gente que foi contemplada falar que não queria morar nos apartamentos, e que ela sempre alertou para o fato de que essas pessoas não podiam esquecer o que já passaram para chegar nesse momento de contemplação. Finalizou falando que havia visitado uma pessoa que foi contemplada e que ficou com as imagens do apartamento na sua mente. Desde então, ficava sonhando com o seu apartamento mobiliado, que ficava visualizando os filhos nos seus quartos. Encerrou falando que o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais é lindo, que era lindo elas saírem na chuva para fazer visitas. Que o trabalho era muito importante. Nesse momento, Joelma entrevistou para explicar que o trabalho social, sozinho, não faz milagre. Que ele seria como uma ponte entre os beneficiários e as políticas de educação, de saúde e que, inclusive, eles já estavam intermediando entre as Secretarias e o CRAS para que os beneficiários se inscrevessem para ter acesso aos projetos. Então, seguiu falando que estão com equipes de saúde atendendo dentro do Colinas de Gramame, e que eles teriam posto de saúde quando recebessem suas casas. Um posto próprio. Continuou falando que não era só receber a moradia, mas que ela tinha que vir com a garantia de outras políticas essenciais, na área de saúde, educação, assim como conseguir políticas para que eles pagassem taxas mais baixas. Ademais, falou que tinha projetos para geração de renda e trabalho, para cursos de capacitação pessoal, e que tudo isso junto compõe o trabalho social desenvolvido junto com as famílias contempladas. Como dito, ressaltou que não bastava ter acesso à habitação, mas que era preciso morar bem, ser feliz no local da moradia, conviver bem com as pessoas, com os vizinhos. Então, explicou ao pessoal que eles iriam ter que aprender a lidar com regras de convivência, como o fato de que, em apartamentos, não poderiam ligar som alto da mesma forma que podiam em uma casa; que não poderiam sapatear nos andares de cima, assim como podem no térreo; que será preciso saber usar os espaços comuns, que poderão, inclusive, fazer aniversários dos filhos. Joelma seguiu falando que uma das partes mais importantes que o trabalho social fará na fase de recebimento das moradias será escutar os beneficiários, saber dos problemas que eles passam e dos que podem surgir nos apartamentos para, inclusive, passar para os construtores responsáveis. Que para o trabalho ter sucesso precisarão seguir de mãos dadas durante todo o processo. Mas que não podem fazer milagre. Que precisam da colaboração de todos, da opinião e participação de todos, para consolidar uma opinião coletiva. Joelma ressaltou que precisa muito da participação de todos.

Finda essa parte de perguntas e participação dos beneficiários, Joelma caminha para finalizar a Consulta agradecendo a presença da equipe da Secretaria de Habitação, da Secretaria de Receita Municipal – SEREM – e da presença da Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Nesse momento, Joelma chama atenção para a presença da Consultora

Marília, em específico falando: “A moça loira ali no canto não é daqui, é de São Paulo”, apontando para Marília. Então, prossegue falando que esse processo todo é parte de uma contrapartida do município para o Banco. Explicou, resumidamente e de maneira bastante acessível aos beneficiários, que o Banco empresta dinheiro ao município para que projetos sejam desenvolvidos e que, como contrapartida, o município também apresenta alguns projetos. Continua falando que a Consultora Marília estava ali presente justamente para escutar queixas e reclamações dos beneficiários, para saber quem são as pessoas que irão receber o auxílio. Joelma explica que, ao escutar a realidade de cada um, a Consultora enxerga, exatamente, quem são as pessoas contempladas com a moradia, a realidade de cada um. Joelma convida a Consultora Marília para uma fala final e a mesma caminha para o microfone sob o aplauso de todos os presentes. **Marília Scombatti** inicia sua fala cumprimentando todos os presentes e agradecendo por terem ido num dia difícil, de muita chuva. Ou seja, com bastante dificuldade de acesso ao local. Segue ressaltando o quão agradecida estava por ver quase todos os beneficiários presentes. Então, segue dizendo que escutou atentamente o depoimento de cada um, assim como a exposição de Joelma. Assim, enfatizou que acredita que todos os beneficiários estão bem encaminhados, e que os problemas que ainda existem serão solucionados pela Secretaria de Habitação e toda a equipe envolvida no Projeto. Disse, em seguida, que o pessoal envolvido no Projeto era muito experiente, citando, especificamente, Joelma, ao relatar seu empenho e sua capacidade para guiar o Projeto. Em sequência, disse que queria lembrar uma das falas. Assim, disse para o público que os contemplados não devem vender a habitação, de jeito nenhum. Pediu que todos imaginassem a quantidade de pessoas no país, na casa dos milhões, que estavam à espera, na fila, por uma moradia. Que, quem recebe, não pode vender, pois estaria ferindo essas pessoas que tanto esperam. Marília seguiu falando que prestou muita atenção nas falas e nas recomendações de Joelma. E que, mais que isso, fossem felizes. Finalizando chamando atenção para o que Joelma tinha dito, que todos precisavam aprender a conviver com os vizinhos; que aceitem as diferenças, pois todos nós somos diferentes, e que, como Joelma bem disse, não bastava apenas receber uma casa, mas que, acima de tudo, todos tinham que viver feliz, guardar o patrimônio e ser feliz. Encerrou desejando a todos muita felicidade e agradeceu novamente a presença de todos.. Por fim, para finalizar a Consulta, Joelma agradeceu a pertinente fala de Marília e seguiu com os demais agradecimentos. Mais uma vez, agradeceu a presença e participação das Secretarias envolvidas, mas, acima de tudo, ofereceu agradecimentos aos beneficiários, pela presença, por participarem, chorarem, se emocionarem e compartilharem tudo com a equipe. Pediu para que todos ficassem de olho nos telefones, uma vez que todo o contato é via telefone, whatsapp. Indicou que, caso ocorra a mudança do número, o novo seja imediatamente informado na Habitação. Encerrou pedindo para que quem não tivesse assinado a frequência, assinasse na saída. Informou que toda a equipe da Habitação estava em inteira disposição e desejou um bom dia a todos. Os beneficiários se dirigiram para a saída e a equipe de apoio procedeu com a arrumação do local. Com isso, o processo de Consulta foi devidamente encerrado.

### 5.2.2 Registro Fotográfico



Foto 18 Consulta Residencial Vista Alegre



Foto 19 Consulta Vista Alegre



Foto 20 Consulta Vista Alegre



Foto 21 Consulta Vista Alegre



Foto 22 Consulta Vista Alegre





Foto 23 Consulta Vista Alegre



Foto 24 Consulta Vista Alegre

### 5.2.3 Lista de Presença dos participantes da Consulta Colinas de Gramame

Notas A lista original ficou nos arquivos da UPP.



PREFEITURA DE  
**JOÃO  
PESSOA**  
PRA VIVER MELHOR

#### LISTA DE FREQUENCIA REUNIÃO 15/03/2017 - RESIDENCIAL COLINAS DE GRAMAME 6 E 7

NOME	CPF	TELEFONE
Jaques Rodrigo Batista Ribeiro	061.999.024-40	98761-925
Leuzimete Soares dos Santos	468.543.634-20	987732116
Monileide Philomena da Silva	700.094.104-90	98858-363
Rosama Silva Sifreir	029.482.204-67	98872-016
Collene Nunes de Alencar	010631924-80	98792 0266
Jane Kelly Szydro de Nascimento Candido	084.084.764-38	98810-460
Silvanete Pereira Gama	97934712472	98791-92-
Mirlla Cristeam Ideau de Paiva	110.048.524-44	98673-
Lucrecia Rodrigues Gomes	011748.664-70	98625-5171
Vanessa Verissimo de Paiva	073.125.334-50	98739-3
MARTA ROSA DA SILVA SANTOS	011-025-134-23	98866-14
Priscila de Barros Vitorino	82616213100	9889



PREFEITURA DE  
**JOÃO  
PESSOA**  
PRA VIVER MELHOR

Luciano do Santo Triste	063.873.024-47	98891-06
Ferreira da Silva Fernandes	035.957.584-63	98683-91
Suimia Pereira da Silva	704.709.924-76	98863-868
Quiriana Honorino	2.693.361 <sup>eg</sup>	98719-946
Marcelo F. M. Mendes da Souza	412.484.994-82	98677-474
Jackson Oliveira da Silva	085.704.834-14	98838, 07
Isabela Tamy de Silva	013.389.124-02	9885791
Geane Lopes de Lima	043.903.974-03	98754-85
Geolândia Alves da Silva	033.422.104.86	98813-98
Eudálio Fernandes dos S. Neto	704.710.824.65	98841-68
Liliane S. da Paiva	072.858864-36	98791-9
Fernanda Ribeiro da Silva	709.480.164-50	98652-0
Lucília Raquel de Oliveira	126.627.934-22	98880-3



PREFEITURA DE  
**JOÃO  
PESSOA**  
PRA VIVER MELHOR

Maria Zorzi Felício da Silva	841-173384-04	98887
Gizelda Costa da Silva	396444.994	9874
Antônio Maria Ferreira Barbosa	798699.554-68	98897
Rafaela Rosa Mendonça de Moura	727304714-72	988887
Clécia Danielle Araújo da Silva	416.810.224-76	98639-76
Fraças Laurindo da Silva	985965.524-87	98684-6
Elisiane Queiroz Moraes da Sena	087.538.534.66	(83) 9 98
Danelli dos Santos	702.534.274.28	831988
Alexandra Alves Ferreira da Silva	074.451.554.83	831988
Pauliano Cristiano Santos da Silva	071-027-794-61	(83) 988
Marina Silveira Costa	314.794.804-87	98818
YASMIM DE FÁTIMA SANTOS DE OLIVEIRA	728.057.734-70	987280
Georgi Breno de Araújo Garcez	177-428-764-04	986558
NYEDJA KATHARINE NUNES VITAL	073.184.884-57	(83) 9883
ANTOINETTE DEBANTES DE OLIVEIRA NETO	033 870.614-35	(83) 9883





PREFEITURA DE  
**JOÃO  
PESSOA**  
PRA VIVER MELHOR

Flávia Leite de Almeida	840.926.294-00	98873-2254
Patrícia Aparecida de Almeida	021.233.054-30	98819-3316
Guilherme Rousset Lima dos Santos	058.821.084-62	99123-5392
Vanessa de B. Campos	017.325.274-58	98700-3095
É Alexandre Mendes F. de Silva	097836734-63	98891-5949
Basílio e Maria dos Santos	032.905.664-63	98668-3826
- Camilla Oliveira da Silva	012.827.204.75	98836-7976
Roberta Brito dos Santos	057.717.404-54	98822-3411
X Valéria Silva Vicente	107.930.794-03	98876-1625
X Luciano dos Santos Cordeiro		98873-1625
X Thaisa Godella Angip	705.900.674-57	98683-2310
X Graça Regina da Silva Santos		98716-4959
X Roslene Cecalacanti Alves da Silva	037.768.194-64	98777-9680
Borgiana Ferreira Sales da Silva	071.320.674.86	986573951



PREFEITURA DE  
**JOÃO  
PESSOA**  
PRA FIVER MELHOR

1. Jéssica Adilson Miguel	084.115.914-92	98206-794
2. Fernando Gomes Ribeiro Neto.	126.409.354-37	98882-228
3. Mailson Rafael da Silva	704.648.374-75	98715-320
4. Maria do Rosário Costa Lima	098.308.544-45	98724-989
5. Maria José Severiano de Araújo	R6 - 3.310.714	98859-618
6. Carmila evaristo Targino da Silva	100.304.494-80	98623-270
7. Roberto Severiano de Souza	090.492.004-60	98758-325
8. Severino Targino de Silva	010.840.064-64	98853-163
9. Luiz Carlos de Matos Santos	031.218.484-02	98890-466
10. José Fernando da Silva	101.933.714-13	98641-423
11. José Roberto Correia	160.749.834-07	98856-941
12. Adelfo dos Santos Magalhães	797.531.244-49	98871-581
13. Jefferson Sammy da Silva	099.793.824-22	98895-42
14. Claudilene de Santana Inácio	098.533.474-66	98858-50

IAS/Consulta%20Cofins%20em%20Sistema/1staf%20de%20Presen%20Consulta%20publica%20Cofins%20de%20C



PREFEITURA DE  
**JOÃO  
PESSOA**  
PRA VIVER MELHOR

Lucileia Salvo de Souza	048.286.919-02	9863799
Luiz Antônio de Faria	768.390.364-72	98239-22
+ Prof. J. J. Santos	152.096.308-88	98616881
Marcelo Vinícius de Souza	045.328.614-80	98897-209
Quênia G. Santos	114.085.414-32	98860-768
M. Aparecida P. da Silva	116.192.889-24	99887-26
Marcia de Barros Bastos	032.176.754-92	9866454
Maria de Fátima M. Paula dos Santos	690.831.304-06	98719690
M. Rosimere Martins de Paula	859.551.054-34	98821-75
M. Rosimere Martins de Paula	066.208.834-55	98825-59
Mayara Giana Lima da Silva	103.166.654-01	986110063
Maya Maria de Lima	132.985.288-78	98664-5
Ana Paula Costa e Silva	059.391.364-78	98746-4
Alcides Gomes de Jesus		98664-5

8

9



PREFEITURA DE  
**JOÃO  
PESSOA**  
PRA VIVER MELHOR

Jaqueline Santos Silva de Oliveira	035.038.824-56	86372433
Marcelo Ribeiro de Lima	045.835.554-23	8743-0778
João José Rodrigues de Silva	569.754.064-72	8805825
Jaqueline Sousa Medeiros	051.573.574-43	986903275
Beiza Lima da Silva	046.201.204-01	98820-795
Maria das Neves da Silva	218.467.744-20	9883436
Sônia de Fátima da Silva	036.038.414-50	98776-1666
Elisângela da Silva Nunes	011.377.494-07	987083644
NECIA BRISTOL DE OLIVEIRA	031.851.974-70	821895056295
Maria do Socorro Aires de Sousa	043.911.114-42	RG.2899742-8
Antônio Pereira de Souza Junior	079.000.094-69	98826-8395
Alisson dos Santos Araújo	500.884.3384-90	87512024
Gregório Lino R. da Silva	823.834.74	87107214
Samuel Martins de Nascimento	4.022.592	86266025
Leonardo Martins de Nascimento	342.869.8	986679845





## Capítulo 6 Conclusões

### 6.1 Observância da OP 710

Diretrizes da OP 710.	Atendimento das diretrizes no caso do Colinas de Gramame
<u>Evitar ou minimizar os deslocamentos.</u> A política do Banco parte do princípio que o deslocamento involuntário é um impacto de grande magnitude e de difícil mitigação em função dos aspectos multidimensionais que afeta o cotidiano das famílias afetadas e dos altos custos envolvidos. Nesse sentido, todo projeto financiado pelo BID deve reduzir ao máximo a necessidade de deslocamento populacional, devendo os estudos básicos priorizar a permanência das pessoas.	O empreendimento habitacional Colinas de Gramame não cria deslocamentos, mas sim atende demanda inscrita no cadastro da SEMNHAB bem como limita-se a atender, famílias e Ministério Público por estarem expostas a riscos eminentes de desapamentos.
Quando o reassentamento for inevitável, deverá ser preparado um plano ordenando todo o processo social vinculado ao processo.	Foi elaborado PTS-P, conforme demandam regras da CAIXA para empreendimentos de contrapartida. A elaboração deste PERR contribui para avanços do plano.
<u>Assegurar a participação das comunidades.</u> Considera-se que quando os interesses e expectativas das comunidades são incorporadas nas concepções do projeto, sua execução e sustentabilidade são facilitadas. As comunidades devem contar com mecanismo para serem ouvidas (consultadas) e entendidas como parte integrante do processo de intervenção.	Os Termos de Referência para contratação do trabalho social são regidos pela CAIXA, envolvendo forte participação das famílias, conforme registrado no capítulo 3, item Trabalho Social.
<u>Considerar o reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento sustentável.</u> A intenção é a de aproveitar os efeitos da reinserção social gerando o acesso à condições adequadas de moradia e aos serviços essenciais, para promover uma situação que possibilite o desenvolvimento das comunidades envolvidas.	O reassentamento involuntário das pessoas que serão beneficiadas com uma nova moradia no CH Colinas de Gramame, bem como a realocação voluntária formada por pessoas que se inscreveram voluntariamente para aceder a uma unidade habitacional produzida através do MCMV, consiste em oportunidade de desenvolvimento sustentável em função de vários fatores, entre eles : (i) acesso à propriedade formalizada; (ii) acesso à moradia com toda infraestrutura e serviços; (iii) inclusão, no projeto arquitetônico, de construções para desenvolvimento de atividades econômicas anteriormente desenvolvidas pelos beneficiários; (iv) previsão de cursos e atividades para capacitação e melhoria da renda familiar no pós traslado.
<u>Crítérios para a compensação.</u> Toda compensação originária de um processo de deslocamento e reassentamento de populações deve contar com critérios técnicos de compensação, e possibilitar uma solução principalmente para os segmentos mais vulneráveis.	Toda a população é classificada como vulnerável em função de suas condições habitacionais e socioeconômicas. Tanto aquela proveniente da ocupação Ricardo Brindeiro por determinação do Ministério Público, como aquelas oriundas do cadastro da SEMNHAB. Os critérios para inserção no CH Colinas de

	Gramame são definidos por das instancias: (i) pela CAIXA, conforme explicitado no capítulo 2 deste documento, e (ii) pelo ministério Público.
<u>Compensar segundo os custos de reposição.</u>	O valor da moradia do CH Colinas de Gramame é de R\$ 60.000, muitíssimo superior ao valor das moradias originais, e portanto a compensação seguiu a presente diretriz.
<u>Reassentamento Temporário.</u> Quando um projeto requeira um deslocamento temporário de pessoas, exija a realocação temporária o objetivo continua sendo reduzir ao a perturbação social da população, dedicando-se especial atenção para evitar perdas de postos de trabalho; acesso à sérvios adequados e mesmo uma indenização por dificuldades comprovadas em consequência da inserção em soluções temporárias de moradia.	O CH Colinas não utiliza expediente de aluguel social, pois a população aguarda a conclusão do empreendimento em suas moradias originais, incluindo população da localidade Ricardo Brindeiro, conforme salientado no capítulo 3, Perfil socioeconômico dos beneficiários, item moradias de origem.

<u>Criar oportunidades econômicas para a população deslocada.</u> Todo processo positivo de transformação nas condições de moradia traz embutido custos adicionais relativos a taxas, serviços etc., nesse sentido é importante que um processo de intervenção possa gerar oportunidades para melhorar as condições de ocupação e renda. Os programas de apoio social e desenvolvimento comunitário realizados no pós-ocupação, são orientados à criar oportunidades para melhorar a ocupação e a geração de rendas das famílias reassentadas	Oportunidades para melhorar condições de ocupação e renda são oferecidas pelos cursos e atividades voltadas à melhoria da renda familiar, desenvolvidas no pós traslado.
<u>Proporcionar um nível aceitável de habitação e serviços.</u> Todo programa de reassentamento deve contemplar além de habitações adequadas, acesso aos serviços básicos e aos equipamentos de educação, saúde e apoio social.	O entorno do CH Colinas de Gramame conta com todos os equipamentos requeridos até o momento. Não obstante considerando a proximidade do CH Colinas de Gramame, a situação poderá saturar-se, sendo portanto necessário ajustes futuros recomendados no item Ajustes Recomendados.
<u>Ter em conta questões de segurança.</u> As questões de segurança não envolvem exclusivamente as vinculadas com a violência urbana, aqui se consideram critérios mais amplos envolvendo violência doméstica, segurança alimentar, exclusão social etc.	O entorno oferece serviços de segurança pública bem como instancias de bem estar social vinculadas à cuidados com as mulheres, infância e juventude. Não obstante considerando a proximidade do CH Colinas de Gramame, que divide com o C..H. Colinas de Gramame, os serviços de segurança, a situação poderá saturar-se, sendo portanto necessário ações indicadas no item Ajustes Recomendados, no próximo item deste capítulo.

<p><u>Ter em conta a população receptora.</u> O reassentamento de pessoas de uma comunidade na área de influência de outras quando não trabalhado adequadamente pode gerar conflitos e dificultar o processo de adaptação ao novo habitat.</p>	<p>Não encontrei nenhum dado e/ou fato indicativo de haver sido realizados estudos sobre o tema. O que existe é um primoroso estudo do entorno, mapeando e visitando equipamentos e serviços visando inserção da população beneficiária na etapa pós mudança. Não obstante não existem registros de conflitos entre a população do entorno e a população que irá ser reassentada e realocada no CH Colinas de Gramame.</p>
<p><u>Obter informações precisas.</u> Para formular um plano de intervenção social é fundamental contar com uma linha de base socioeconômica confiável e suficientemente ampla para estabelecer as necessidades e requerimentos das comunidades a serem deslocadas. Toda população a ser trabalhada dentro do Programa será objeto de uma pesquisa socioeconômica, realizada conjuntamente com o cadastro censitário. Os dados obtidos são o insumo básico para definir o perfil da população e a linha de base socioeconômica que será o ponto de partida para as ações de monitoramento e avaliação do Programa, e para identificar os diferentes subgrupos sociais (mulheres, crianças, adultos maiores etc.) e situações de vulnerabilidade que deverão ser atendidas de forma diferenciada no marco institucional do Programa.</p>	<p>O C.H. Colinas de Gramame conta com cadastro de todas as famílias beneficiárias, além de pesquisas socioeconômicas complementares desenvolvidas ao longo do processo. Os dados gerados servem para estabelecer uma linha de base requerida para monitoramento e avaliação, embora precisem ser adequadamente organizados para tal finalidade.</p>
<p><u>Incluir os custos do reassentamento no custo geral do Programa.</u> Essa diretriz diz respeito a considerar o reassentamento como uma parte integrante do programa de maneira a dispor dos recursos em forma e tempo para atender aos requerimentos específicos de liberação das áreas previstas.</p>	<p>O CH Colinas de Gramame tem seus custos considerados nele mesmo, através de financiamento específico da CAIXA.</p>
<p><u>Marco institucional adequado.</u> Para ser efetivo e promover as compensações adequadas, o reassentamento deve contar com respaldo jurídico e institucional consistentes.</p>	<p>Esta diretriz é atendida, conforme indicado no item Marco Legal, inserido no segundo capítulo deste documento.</p>
<p><u>Procedimentos independentes de supervisão e arbitragem.</u> É recomendável que um processo de intervenção social de grande porte conte com um mecanismo de monitoramento e avaliações de desempenho independentes que possam fornecer subsídios de revisão e ajustes das ações em curso. Também um mecanismo adequado e independente que possa dirimir controvérsias e possíveis conflitos é um importante instrumento de gestão de programas sociais.</p>	<p>Com relação ao monitoramento e avaliação, o assunto é tratado no pós traslado por empresa especializada contratada pela CAIXA. Além dessa empresa não identifiquei nenhum sistema de monitoramento que possam fornecer subsídios de revisão e ajustes das ações em curso, consideradas em sua globalidade e não apenas em termos físicos construtivos. Referente ao mecanismo de registro de Queixas e Reclamações, a CAIXA dispõe de um sistema aplicável ao C. H. Colinas de Gramame, conforme explicitado no capítulo</p>

## 6.2 Ajustes Recomendados

A preparação e implantação do Conjunto Habitacional Colinas de Gramame é muito semelhante àquela do CH Colinas de Gramame. A diferença entre os dois Conjuntos reside, basicamente, na quantidade de unidades habitacionais oferecidas, sendo 2106 para o Vista e 432 no Colinas de Gramame. Acrescentando-se ainda o fato dos dois empreendimentos dividem praticamente o mesmo entorno, estando situados a uma distância aproximada de 1 km um do outro.

Nesta perspectiva, as recomendações de aperfeiçoamentos levam em conta a proximidade dos dois Conjuntos Habitacionais, que no futuro poderá contribuir para uma competição por serviços do entorno, em especial serviços de segurança pública, saúde e educação.

- (i) Realizar articulações com a Secretarias da Saúde, Educação e Segurança, para prevenir que quando as unidades habitacionais do Vista Alegre e do Colinas de Gramame estiverem todas ocupadas não ocorram déficits de atendimento em função do aumento da demanda . A SEMNHAB enviará ao BID no máximo um mês após assinatura do contrato, histórico, ações desenvolvidas e resultados das articulações.
- (ii) Realizar articulações com a Secretaria Transportes e Mobilidade para garantir que quando as unidades habitacionais forem ocupadas, ocorra aumento da frequência dos ônibus bem como inserção de paradas diante do Conjunto Habitacional. Isto será muito importante para evitar transtornos à população, e o assunto precisa começar a ser tratado imediatamente. A SEMNHAB enviará ao BID no máximo u mês após assinatura do contrato, histórico, ações desenvolvidas e resultados das articulações.
- (iii) Preparar calendário anual de Consultas nos moldes indicados pelo Banco e um exemplo para preparação e realização da atividade pode ser tomado das Consultas já realizadas tanto para o PDRR como para os PERRs Saturnino de Brito, Vista Alegre, São José e Colinas de Gramame. Os Dossiês de Consultas elaborados podem ser usados como referência para preparação e realização dos eventos, bem como do registros dos mesmos. A SEMNHAB enviará ao Banco no máximo um mês após assinatura do contrato, o Plano de Consultas dos quatro empreendimentos habitacionais oferecidos como contrapartida.
- (iv) Adicionar, ao sistema de Reclamações e Queixas disponibilizado pela CAIXA e também àquele que funcionará no Posto de Atendimento no pós traslado, um sistema nos moldes recomendados pelo Banco criando uma ficha para registros que não sejam exclusivamente reclamações da moradia (o que já é feito pelas ações de gestão condominial), mas reclamações e queixas sociais. O sistema deve ser amplamente divulgado e as pessoas encorajadas à sua utilização. Seria também adequado unificar em um mesmo local, sistema de queixas da moradia e sistema de queixas sociais. A SEMNHAB enviará ao Banco relatório contendo explicitação desse sistema no máximo um mês após assinatura do contrato.

Pela proximidade dos dois Conjuntos (Colinas de Gramame e Vista Alegre) todas as recomendações de ajustes poderiam ser realizadas em conjunto, evitando assim duplicação de trabalho e mesmo multiplicação de contatos com instancias institucionais.

